

Ao Procurador do Tribunal Penal Internacional,

Aos membros do Gabinete do Procurador,

COMUNICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 15 DO ESTATUTO DE ROMA

Contra o Presidente da República do Brasil Jair BOLSONARO, membros de seu governo, assim como qualquer autor e cúmplice que a investigação venha a estabelecer.

**Ao Procurador do Tribunal Penal Internacional,
Aos membros do Gabinete do Procurador,**

**COMUNICAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 15 DO ESTATUTO DE ROMA
POR CRIMES CONTRA A HUMANIDADE,**

Contra

Sr. Presidente da República do Brasil Jair BOLSONARO
e
contra qualquer perpetrador e cúmplice que a investigação venha a estabelecer.

PARA:

A Associação ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB),
A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, associação indígena tradicional constituída na forma do artigo 232 da Constituição Federal do Brasil,
Representados por seus coordenadores, Sonia GUAJAJARA, Dinamam TUXÁ, Kerexu GUARANI, Alberto TERENA e Eloy TERENA.

Sr. Almir SURUI,

Nascido em 19 de agosto de 1974, em Cacoal, BRASIL,
Aldeia Lapetana restante, TI Sete de Setembro,
Nacionalidade brasileira,
Atuando como Chefe do Povo PAITER-SURUI e como representante da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí (Associação de Direito Brasileiro).

Sr. Raoni METUKTIRE,

Nascido em 1932, em Mato Grosso, BRASIL
Permanecendo no vale do Rio Xingu, Terra Indígena Capoto Jarina,
Nacionalidade brasileira,
Atuando como Chefe do povo MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ).

Representado por :

Doutor William BOURDON,
Advogado registrado no Tribunal Penal Internacional
de AARPI BOURDON & ASSOCIATES,
156 Rue de Rivoli, 75001 Paris
Telefone + 33 (0)1 42 60 32 60 - Fax + 33 (0)1 42 60 19 43.

OS DEMANDANTES TÊM A HONRA DE SE REFERIR
SENHORA PROMOTORA
E SENHORAS E SENHORES DA PROCURADORIA DISTRITAL
DOS SEGUINTE

FATOS

Jair Bolsonaro foi eleito Presidente da República do Brasil em outubro de 2018 e tomou posse em 1º de janeiro de 2019. Durante sua campanha, ele se comprometeu a acabar com os crimes ambientais e a limitar os direitos dos povos indígenas. Desde sua inauguração, a destruição da floresta amazônica acelerou-se a um ritmo sem precedentes: **o desmatamento aumentou 34,5% em um ano¹**, a maior taxa de assassinatos de líderes indígenas nos últimos onze anos, o colapso e as ameaças das agências ambientais... O histórico do primeiro ano deste governo é sombrio.

Esta situação, a mais dramática dos últimos dez anos, é um resultado direto da política estatal desenvolvida pelo governo de Jair Bolsonaro. [As novas medidas e políticas do governo visam remover todos os obstáculos para saquear a riqueza da Amazônia.](#)

Documentos revelaram que o presidente tem interesse em destruir a floresta amazônica a fim de realizar seus planos. A destruição da Amazônia tem o único objetivo de produzir benefícios econômicos².

Esta política levou a uma escalada de violência contra as comunidades indígenas na Amazônia, criminalidade contra ativistas ambientais e atos de destruição deliberada da floresta tropical amazônica, como demonstrou o "Dia do Fogo". Este governo age com total impunidade.

Entretanto, esses fatos constituem uma violação dos direitos dos povos indígenas que constituem crimes contra a humanidade, que são da competência do Tribunal Penal Internacional (doravante "Tribunal"), do qual o Estado do Brasil é parte.

A preocupação da comunidade internacional com a destruição da região amazônica foi exacerbada em meados de 2019. Os incêndios florestais que devastaram a Amazônia foram objeto de um impasse entre o presidente francês Emmanuel

¹ FRANCE INFO, « Tribune. La France ne peut pas être complice : des ONG réclament des actions contre les incendies en Amazonie », 24 août 2020, https://www.francetvinfo.fr/monde/ameriques/amazonie/tribune-la-france-ne-peut-pas-etre-complice-des-ong-reclament-des-actions-contre-les-incendies-en-amazonie_4081099.html

² A. ROSSIGNOL, « Amazonie, les plans de Bolsonaro pour contrer la conservation de la forêt », Le Parisien, 23 août 2019, <http://www.leparisien.fr/international/amazonie-les-plans-de-bolsonaro-pour-contrer-la-conservation-de-la-foret-23-08-2019-8138133.php>

Macron e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro durante as conversações do G7 e na cúpula climática da ONU.

Neste contexto, os povos indígenas têm solicitado a ajuda da comunidade internacional. Delegações do Xingu com a presença do Chefe Raoni METUKTIRE e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que representa quase um milhão de indígenas no Brasil, rapidamente seguidas pelo Chefe Almir SURUI, representando o povo Paiter Surui, iniciaram procedimentos legais perante o Tribunal Penal Internacional, juntamente com ONGs e juristas franceses, brasileiros e internacionais.

O relatório preparado pela ONG Amazon Watch fornece uma visão alarmante da situação na Amazônia:³

- « ***A Amazônia brasileira e seus povos estão sofrendo a pior agressão de sua existência.*** O desmatamento está aumentando consideravelmente enquanto as proteções ambientais e de direitos humanos, que são cruciais para o futuro da floresta tropical, estão seriamente ameaçadas. Os próprios povos indígenas e comunidades tradicionais estão sofrendo violência e repressão desproporcionais em defesa de seus direitos e suas florestas".⁴

- « ***A ascensão do político de extrema-direita Jair Bolsonaro à presidência do Brasil está exacerbando profundamente a crise ambiental e de direitos humanos.*** Desde que chegou ao poder, seu governo reduziu as regras socioambientais que são fundamentais para preservar a integridade ecológica da Amazônia e o bem-estar dos povos da floresta. Os graves contratempos políticos de BOLSONARO vêm como parte de um ataque generalizado aos princípios e instituições democráticas do país.⁵

- « ***Uma facção dominante e conservadora do poderoso setor agroindustrial do país, conhecida como os "ruralistas", está ajudando a impulsionar o programa de Bolsonaro na Amazônia.*** » Trabalhando dentro do governo Bolsonaro, os representantes da indústria estão removendo as proteções para florestas e direitos de terra a fim de obter livre acesso às áreas atualmente protegidas da atividade industrial. O sucesso deles seria um desastre para as florestas amazônicas brasileiras e para os povos

³ AMAZON WATCH, « Complicity in Destruction II : how northern consumers and financiers enable Bolsonaro's assault on the Brazilian Amazon », avril 2019,

<https://amazonwatch.org/assets/files/2019-complicity-in-destruction-2.pdf>

⁴ Ibid., p.3 : « Despite their importance, the Brazilian Amazon and its peoples are suffering the worst assault in a generation. Deforestation is mounting dramatically while hard-fought environmental and human rights protections, critical to the future of the rainforest, are under serious attack. Indigenous peoples and traditional communities themselves suffer disproportionate violence and repression for defending their rights and forests.

⁵ Ibid. : « The ascension of the extreme right-wing politician Jair Bolsonaro to Brazil's presidency profoundly exacerbates the country's environmental and human rights crisis. Since taking power, his government has slashed socioenvironmental standards that are fundamental to preserving the Amazon's ecological integrity and the well-being of forest peoples. Bolsonaro's severe policy rollbacks are occurring in the context of a generalized attack on the country's democratic principles and institutions. »

tradicionais que as habitam, ao mesmo tempo em que colocaria em risco o clima global.⁶

O objetivo deste procedimento é investigar e julgar Jair Bolsonaro, seus ministros do meio ambiente, agricultura, economia, justiça e qualquer outra pessoa que a investigação venha a estabelecer, por atos que constituem crimes contra a humanidade cometidos contra os povos indígenas do Brasil.

I. O desmatamento da floresta amazônica e suas conseqüências para os povos indígenas

O desmatamento da floresta amazônica, que se acelerou sob a presidência de Jair Bolsonaro (A.), está ameaçando os povos indígenas (B.) ao qual se soma o desmantelamento de agências governamentais (C.).

Todas as informações fornecidas abaixo destinam-se a apresentar o contexto dramático subjacente à presente comunicação. Naturalmente, a intenção é ser atualizada regularmente à medida que a destruição na Amazônia continua.

A. Acelerando o desmatamento

Dados oficiais sobre o desmatamento na Amazônia revelam a gravidade da situação atual, que é um resultado direto das políticas postas em prática pelo novo governo.⁷

Os últimos números mostram que o desmatamento na Amazônia está em seu nível mais alto desde 2008⁹. Mais de 11.000 km² de floresta tropical foram arrasados em doze meses. É necessário voltar a 2008 para encontrar um tal nível de devastação. Estes números são alarmantes: em dois anos, o desmatamento saltou quase 50%.¹⁰

Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um órgão governamental, a taxa de desmatamento entre agosto de 2018 e

⁶ Ibid. : « A dominant, conservative faction of the country’s powerful agroindustrial sector known as the “ruralistas” is helping drive Bolsonaro’s Amazon agenda. Working from within Bolsonaro’s government, industry representatives are stripping protections for forests and land rights in order to gain unfettered access to areas currently safeguarded from industrial activity. Their success would spell disaster for Brazil’s Amazonian forests and the indigenous and traditional peoples who call them home, while jeopardizing the global climate. »

⁷ OBSERVAÇÃO DA TERRA, « A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazonia Legal em 2019 é de 9.762 km² », Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 18 nov. 2019, <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/a-estimativa-da-taxa-de-desmatamento-por-corte-raso-para-a-amazonia-legal-em-2019-e-de-9-762-km2> [Pièce XXX – actuellement Traduction n°1]

⁸ Les rapports annuels consolidés font référence à la période entre août et juillet.

⁹ B. MEYERFELD, « Amazonie : la déforestation au plus haut depuis 2008 », Le Monde, 3 déc. 2020, https://www.lemonde.fr/planete/article/2020/12/02/amazonie-la-deforestation-au-plus-haut-depuis-2008-au-bresil_6061905_3244.html

¹⁰ Ibid.

julho de 2019 acelerou em 34,5% em comparação com o ano anterior¹¹. Um total de 9.212 km² de florestas foram abatidos entre agosto de 2019 e julho de 2020, um número que se aproxima do limite simbólico de 10.000 km². Este é o maior índice de desmatamento desde 2007-2008.



Taxa anual (entre agosto e julho) de aceleração do desmatamento desde 1988 na Amazônia, em azul a estimativa para 2019 -[anexo XXX - agora anexo XXX]

A situação tem sido particularmente alarmante desde o início do mandato do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. Entre janeiro e dezembro de 2019, a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou em 85% em comparação com 2018.

¹²

¹¹ FRANCE INFO, « Tribune. La France ne peut pas être complice : des ONG réclament des actions contre les incendies en Amazonie », 24 août 2020, https://www.francetvinfo.fr/monde/ameriques/amazonie/tribune-la-france-ne-peut-pas-etre-complice-des-ong-reclament-des-actions-contre-les-incendies-en-amazonie_4081099.html

¹² TERRA BRASILIS, Id.

Areas by Years

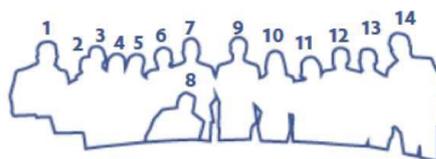


13

Taxa anual (janeiro a dezembro) de desmatamento na Amazônia

Os incêndios que atingiram a Amazônia em 2019 estão diretamente ligados a este aumento do desmatamento. O fogo é uma técnica utilizada para fins econômicos para preparar a terra para a exploração.¹⁴ A política do Presidente Jair Bolsonaro é responsável pelo desmatamento com o único propósito de favorecer os interesses econômicos e financeiros.

O caso da reserva Chico Mendes ilustra esta proximidade entre os interesses do governo brasileiro e os grandes grupos industriais. Em 6 de novembro de 2019, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, receberá treze pessoas em seu ministério para discutir o futuro da reserva florestal tradicional Chico Mendes, no Estado do Acre. Dos presentes, três foram condenados por cometerem crimes contra o meio ambiente. Acima de tudo, nenhum representante ou habitantes de terras próximas à reserva estavam presentes.



¹³ TERRA BRASILIS, Ibid. Remarque les données de 2020 se réfèrent à la période allant jusqu'à février.

¹⁴ J. BARLOW, E. BERENGUER, R. CARMENITA, F. FRANCA, « Clarifying Amazonia's burning crisis », Global Change Biology, 15 nov. 2019, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gcb.14872>

Figura 6: Fotografia da reunião no Ministério do Meio Ambiente em 6 de novembro de 2019¹⁵. [Figura XXX - Atualmente Figura 31]

- 1. Gutierri Ferreira da Silva. Condenado pela Justiça Federal por desmatamento na Reserva Chico Mendes.*
- 4. Fatima Abreu Sarkis. Possui uma fazenda privada dentro da Reserva Chico Mendes, onde cria gado. Proibida pelo ICMBio e pelo Ibama, uma liminar judicial permitiu que ela ficasse na reserva.*
- 6. Jorgenei da Silva Ribeiro. Ex-Procurador Geral do Acre e advogado. Verbalizada pelo ICMBio e acusada no tribunal de ter aberto uma estrada ilegal dentro da reserva, desmatando 71,5 hectares.*
- 8. Uenderson de Brito. Ele possui 400 hectares dentro da Resex, onde cria gado. O ICMBio multou-o por desmatamento e quebra do embargo. Ele foi notificado para deixar a reserva, mas recebeu uma liminar da Justiça Federal para ficar.*
- 9. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente.*
- 10. Senadora Mailza Gomes. Ela foi condenada em segunda instância por desvio de fundos públicos.*
- 11. Deputado Federal Vanda Milani. Cunhada do "deputado de motosserra" Hildebrando Pascoal, líder de um esquadrão de morte, condenada por assassinato. No ano passado, ele gravou um vídeo de apoio "incondicional" à sua campanha.*
- 13. Rodrigo Oliveira Santos. Sentenciado em primeira instância pelo Departamento de Justiça Federal por desmatamento e apropriação de terras. Acusado pela Polícia Federal de ter ameaçado a morte de um funcionário do ICMBio.*

Membros do governo de Jair Bolsonaro demonstraram abertamente sua hostilidade para com os povos indígenas e as ONGs brasileiras.

De fato, durante sua campanha para as eleições parlamentares, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, utilizou um cartaz particularmente explícito:

¹⁵ F. MAISONNAVE, « Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes », Folha de S. Paulo, 4 déc. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/apos-se-reunir-com-infratores-ambientais-salles-suspende-fiscalizacao-na-reserva-chico-mendes.shtml> [Pièce n°XXX – actuellement Traduction n°31]

Segurança no campo
Ricardo Salles - Federal

VOTE .30-06

Contra a praga do javali

Contra a esquerda e o MST

Contra o roubo de trator, gado, insumos...

Contra a bandidagem no campo

(11) 99986-3006 @ricardosallesnovo
 fb.com/ricardosallesnovo /ricardosalles
www.ricardosalles.com.br /sallesnovo

NOVO

A análise deste cartaz mostra sua natureza violenta e ameaçadora:

- As feridas são sucessivamente representadas por uma foto de um javali, emblema dos danos causados pelos animais às culturas agrícolas, uma foto representando os militantes do MST, que através de sua ocupação "ilegal" de terras, procuram pressionar os proprietários de terras e as autoridades públicas a se estabelecerem ali, uma foto de equipamentos agrícolas com os quais os "ladrões" estão associados, e finalmente uma foto representando um "bandido". O cartaz (e através dele, Ricardo Salles) sugere, através das setas às quais estas imagens estão ligadas, que o uso de cartuchos, e portanto o uso da violência, poderia resolver todos estes problemas. »¹⁶

Logo após discursos inflamados contra órgãos de inspeção ambiental, os dados do DETER-INPE (sistema de alerta de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) mostram a explosão do desmatamento nos municípios onde

¹⁶ M. DAUGEARD, « Après les rétro-pédalages, Bolsonaro maintient le cap de son programme environnemental », blog mediapart, le 13 déc. 2018, <https://blogs.mediapart.fr/marion-daugeard/blog/131218/apres-les-retropedalages-bolsonaro-maintient-le-cap-de-son-programme-environnemental>

essas declarações foram feitas. Existe, portanto, uma ligação direta entre esta reunião e o apagão total e imediato de qualquer inspeção nas regiões de ação destes agentes criminosos, causando um explosivo e imediato aumento do desmatamento (Anexo XXX - atualmente Tradução No. 5).

O caso dos madeireiros do Espigão do Oeste ilustra o desejo do governo de Jair Bolsonaro de explorar a floresta amazônica para fins puramente econômicos.

Em julho de 2019, uma operação de inspeção do IBAMA ocorreu no Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, ao redor das terras indígenas Zoré e Roosevelt. A operação suspendeu as operações de mais de 70 empresas de extração de madeira com o objetivo de realizar várias operações de inspeção. Em resposta, em 4 de julho de 2019 os madeireiros queimaram um caminhão que suportava as operações do IBAMA.¹⁷

Treze dias depois, em 17 de julho de 2019, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, visitou as instalações. De acordo com a agenda oficial publicada pelo Ministério, ele havia feito uma nomeação com "representantes do setor madeireiro".¹⁸ (Anexo XXX - agenda do Ministro do Meio Ambiente)

O Ministro interveio para interromper estas inspeções e reiniciar estas empresas.

Ele disse à imprensa:

"Nossa vontade é ter um bom diálogo entre o setor produtivo e o trabalho dos inspetores". »¹⁹

"Temos aqui milhares de pessoas que vivem dessas atividades e cujas necessidades não podem ser atendidas. Por outro lado, estão as normas, que podem ser revisadas. Isso tem que ser feito".²⁰

B. O trágico destino dos povos indígenas

1. Povos isolados no Brasil

¹⁷ P. BENTES, M. SUBTIL, « Caminhão-tanque do Ibama é incendiado por pessoas ligadas a madeireiros em RO », globo.com, 4 juil. 2019, <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/07/04/caminhao-tanque-do-ibama-e-incendiado-por-pessoas-ligadas-a-madeireiros-em-ro.ghtml>

¹⁸ Ministério do Meio Ambiente, « Agenda do Ministro do Meio Ambiente », mma.gov.br, 17 juillet 2019, <https://mma.gov.br/agenda-de-autoridades.html?view=autoridade&dia=2019-07-17&id=18> [Pièce XXX – actuellement traduction n°22]

¹⁹ M. OLIVEIRA, J. BONI, « Ministro visita RO e faz reunião com madeireiros duas semanas após caminhão do Ibama ser incendiado », globo.com, 17 juil. 2019, <https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2019/07/17/ministro-visita-ro-e-faz-reuniao-com-madeireiros-duas-semanas-apos-caminhao-do-ibama-ser-incendiado.ghtml>

²⁰ M. OLIVEIRA, J. BONI, « Ministro visita RO e faz reunião com madeireiros duas semanas após caminhão do Ibama ser incendiado », Id.

Um povo isolado ou sem contato é uma população que vive em autarquia, sem intercâmbio de qualquer tipo com outras populações, outras sociedades e com a civilização mundial moderna.

A Amazônia brasileira é o lar do maior número de tribos sem contato do mundo. A FUNAI, departamento de assuntos indígenas do governo brasileiro, estima seu número em mais de uma centena.²¹ Sua vontade de não estabelecer contato com outras tribos ou com o mundo exterior é o resultado de relatórios desastrosos do passado, da invasão contínua de seus territórios e da destruição de seu ambiente florestal.

Essas tribos decidiram permanecer separadas da sociedade nacional e até mesmo de outros povos indígenas. Sua vontade é de permanecer fora de contato. Eles recebem estranhos ou aviões que voam sobre eles com flechas, ou simplesmente evitam o contato, escondendo-se na floresta.

Em julho de 2019, uma associação de videógrafos indígenas, através da ONG Survival International, transmitiu um vídeo apresentado como uma seqüência de imagens raras dos Awa, uma tribo isolada na floresta amazônica ameaçada pelos traficantes de madeira.²²



O vídeo de quase um minuto, filmado em agosto de 2018 no nordeste do Brasil, mostra um jovem sem camisa, colarinhos marrons ao redor do pescoço e facão na

²¹ SURVIVAL, « Les Indiens non contactés du Brésil », date n/c, <https://www.survivalinternational.fr/peuples/isoles-bresil#actnow>

²² L'EXPRESS avec AFP, « Vidéo. Un homme d'une tribu indigène isolée filmé dans la forêt amazonienne », 23 juil. 2019, https://www.lexpress.fr/actualite/monde/video-un-homme-d-une-tribu-indigene-isolee-filme-dans-la-foret-amazonienne_2091250.html

mão, olhando ao redor e se afastando da câmera quando sente uma presença estrangeira. Segundo o coletivo de vídeo indígena Midia Índia, ele faz parte da tribo Awa, que agora conta apenas com uma dúzia de membros.

*"Nós os filmamos sem pedir sua permissão, mas sabemos como é importante mostrá-los em fotos. Se o mundo não os vê, eles serão assassinados pelos traficantes de madeira"*²³, diz Erisvan Guajajara, porta-voz da Índia Midia.

Muitos dados sobre povos indígenas isolados foram coletados por ONGs e publicados pelo INPE²⁴. Apesar deste trabalho, muitas tribos de povos isolados ainda são desconhecidas.

Em 2017, uma tribo de índios desconhecidos foi filmada por um zangão²⁵. Este zangão permitiu filmar algumas pessoas caminhando em uma clareira no meio da abundante vegetação amazônica entre o Brasil e o Peru.²⁶



²³ Ibid.

²⁴ Pour le release de presse (en anglais) : Instituto Socioambiental, « ISA Report at the UN Denounces High Risk of Genocide of Isolated Indigenous Peoples », 28 fév 2020, disponible sur :

<https://www.socioambiental.org/en/noticias-socioambientais/isa-report-at-the-un-denounces-high-risk-of-genocide-of-isolated-indigenous-peoples>.

Pour le rapport intégral (en anglais) : Union Nations Human Rights Council, « Threats and violations of Human Rights in Brazil : Isolated Indigenous People », mars 2020,

https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/arquivos/isolated_indigenous_people_unchr_report_2020_1.pdf

²⁵ FURURA SCIENCE avec RELAXNEWS, « Amazonie : une tribu isolée et menacée a été filmée », 24 juil. 2019,

<https://www.futura-sciences.com/sciences/actualites/homme-amazonie-tribu-isolee-menacee-ete-filmee-15755/>

²⁶ Ibid.

As imagens foram coletadas pela FUNAI durante várias expedições ao Vale do Javari, uma área muito difícil no sudeste do estado brasileiro do Amazonas, onde a maior parte das evidências da existência de povos isolados no país foi coletada.

2. Apresentação de alguns povos isolados da Amazônia

Os povos isolados representam uma grande diversidade. Alguns, como os Awá sem contato, são caçadores-coletores nômades que estão constantemente em movimento, que podem construir um abrigo em poucas horas e abandoná-lo em poucos dias. Outras são mais sedentárias, vivendo em casas comunitárias, cultivando mandioca e algumas outras plantas em jardins abertos na floresta e também praticando a pesca e a caça.

Piripkura

Os Piripkuras foram contatados pela primeira vez nos anos 80²⁷. Eles são um grupo de cerca de 20 pessoas que estão localizados na região do Mato Grosso. Eles recebem o nome de seus vizinhos, os índios Gaviaos. Eles falam tupi-kawahib, uma família de línguas compartilhadas por vários povos indígenas do Brasil.

Kawahiva, Brasil

Estimava-se que esta cidade tinha uma população de cerca de 50 pessoas. Eles geralmente fugiram dos madeireiros e outros intrusos que invadiram suas terras. É por isso que eles não podem ter muitos filhos ou cultivar a terra.

Eles dependem da caça e da pesca. A terra deles não é um lugar protegido, portanto pode desaparecer. Uma grande perda intangível causada por nossos excessos e falta de respeito ao meio ambiente

Korubos, Brasil e Peru

Suas terras ficam entre o Brasil e o Peru, compartilhando espaços com outros povos indígenas da Amazônia que não estiveram em contato com a civilização e muitos outros que foram contatados.

Eles cultivam, caçam, pescam e vivem em harmonia com a natureza, à qual devolvem tudo o que levam. Para essas pessoas, os principais problemas que ameaçam sua sobrevivência são as doenças que contraem quando são contatadas por pessoas de outros lugares.

3. Ameaças a povos isolados

Todos os contatos com os índios não contatados no Brasil terminaram mal e terminaram em desastre.

Estes grupos não têm imunidade a doenças benignas, o que os torna extremamente vulneráveis. Não é raro que 50% da população de uma tribo sucumba a doenças alogênicas como sarampo ou influenza dentro de um ano após o contato inicial com

²⁷EXOTICCA, « Découvrez ces 5 peuples indigènes de l'Amazonie et leurs coutumes », date n/c, <https://www.exoticca.fr/blog/peuples-indigenes-amazonie/>

peças de fora da tribo. Assim, metade dos Matis desapareceu após seu primeiro contato. Jovens e velhos, incluindo muitos xamãs, morreram de doenças introduzidas.

A maioria dessas tribos depende exclusivamente das florestas, savanas e rios para a caça, pesca e coleta.²⁸ Eles cultivam plantas para alimentação e medicina e usam todos os tipos de plantas para construir suas casas e fazer objetos do dia-a-dia. A sobrevivência desses povos isolados depende do uso feito de suas terras pelas autoridades públicas e dos ataques de vários operadores, incluindo grandes grupos industriais, panificadores de ouro e até mesmo a agricultura industrial.

Mega-dã e projetos de rodovias, que o governo de Jair Bolsonaro está considerando como parte de seus "Programas de Crescimento Acelerado", são, portanto, grandes ameaças. Qualquer dano à floresta é, portanto, uma ameaça direta ao seu modo de vida e à sua própria existência.

Em 19 de agosto de 2019, o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Sr. Francisco Gonçalves da Conceição, solicitou a assistência do Procurador da República do Maranhão e do Diretor Regional da Polícia Federal do Estado do Maranhão para a proteção dos povos indígenas. Exigia a adoção de medidas adequadas para proteger os povos indígenas ameaçados pelo corte ilegal de árvores e pela invasão de suas terras (Anexo XXX - Carta de Francisco Gonçalves da Conceição - atualmente Tradução No. 3).

O pedido de proteção do Sr. Francisco Gonçalves da Conceição de 23 de setembro de 2019 ao Ministro da Justiça permaneceu sem resposta (Anexo XXX - Correio de Francisco Gonçalves da Conceição - atualmente Tradução No. 4).

Estes ataques ao seu ambiente também representam um risco à saúde para estas populações indígenas, dada sua fraca resposta imunológica devido a um estilo de vida isolado.

Conseqüentemente, esses povos indígenas são os primeiros a serem afetados pelo desmatamento. Seus territórios, que se estendem sobre a floresta amazônica, foram afetados pela destruição de 74% de seus territórios²⁹. A terra indígena Ituna-Itatá, destinada exclusivamente à proteção de populações isoladas, é o território indígena mais desmatado em 2019.³⁰

²⁸ SURVIVAL, « Indiens non contactés du Brésil », date n/c, <https://www.survivalinternational.fr/peuples/bresil>

²⁹ OBSERVAÇÃO DA TERRA, « Monitoramento do Desmatamento Da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite », Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 18 nov. 2019, <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

³⁰ Cf. release de presse (en anglais) : INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, « ISA Report at the UN Denounces High Risk of Genocide of Isolated Indigenous Peoples », 28 fév. 2020, <https://www.socioambiental.org/en/noticias-socioambientais/isa-report-at-the-un-denounces-high-risk-of-genocide-of-isolated-indigenous-peoples>. Pour le rapport intégral (en anglais) : INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, COMISSÃO ARNS, CONECTAS DIREITOS HUMANOS, « Report - Threats and Violations of Human Rights in Brazil: Isolated Indigenous Peoples », mars 2020, https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/arquivos/isolated_indigenous_people_unchr_report_2020_1.pdf

4. O respeito à escolha de povos isolados

Desde 1987, a FUNAI tem um departamento dedicado aos índios sem contato, cuja política é estabelecer contato apenas nos casos em que sua sobrevivência imediata seja incerta. Caso contrário, nenhuma tentativa de contato é feita. Em vez disso, a FUNAI procura demarcar e proteger o território de invasões com postos avançados.

As pessoas não contatadas devem ter o direito de decidir se querem ou não viver isoladas. Mas para exercer esse direito, eles precisam de tempo e espaço para fazê-lo.

Eles só sobreviverão se seu território for protegido, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Eles devem ter o direito de viver em paz, sem medo do extermínio ou de contatos desastrosos.

O contato só deve ocorrer quando as pessoas não contatadas decidem que estão prontas para fazê-lo.

C. O desmantelamento das agências governamentais de proteção ambiental

O IBAMA e o ICMBio estão sofrendo restrições orçamentárias, mas também com a reestruturação destinada a dar poder aos militares. A ONG Greenpeace denuncia o desmantelamento desses institutos governamentais de proteção ambiental.³¹

O IBAMA é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. É o órgão responsável pela implementação da Política Nacional de Meio Ambiente estabelecida pela Lei No. 7.735 de 22 de fevereiro de 1989. Desenvolve diversas atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, e exerce controle e monitoramento do uso dos recursos naturais, especificamente água, flora, fauna e solo.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ou ICMBio é uma organização pública fundada em 2007 pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva para administrar as 300 reservas ecológicas e biológicas em todo o Brasil cobrindo 770.000 km².³²

O orçamento do IBAMA é reduzido em 24% em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro. Em 2019, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles ordenou

³¹ L. RAULAIS, « Environnement. Au Brésil, la déforestation de l'Amazonie s'accélère », Ouest France, 25 mai 2020, https://cannes.maville.com/sport/detail_-environnement.-au-bresil-la-deforestation-de-l-amazonie-s-accelere_fil-4111415_actu.Htm

³² ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ALIMENTATION ET L'AGRICULTURE, Base de données FAOLEX, <http://www.fao.org/faolex/results/details/fr/c/LEX-FAOC012371/>

uma redução de 24% no orçamento anual do IBAMA, um quarto dos gastos planejados para 2019.³³ O orçamento foi reduzido em quase um quarto, limitando-o a R\$ 279,4 milhões (cerca de 64 milhões de euros), o que mal chega para cobrir os custos operacionais.³⁴

O orçamento do ICMBio também foi drasticamente reduzido.³⁵

O IBAMA e o ICMBio foram reestruturados a fim de devolver o poder aos militares. O pessoal do IBAMA e do ICMBio foi substituído por ex-policiais militares de São Paulo.

Jair Bolsonaro colocou Eduardo Bim à frente do IBAMA, o que libertou os investidores em mineração, silvicultura, agricultura e processamento de alimentos das etapas administrativas³⁶. Ricardo Salles demitiu 20 dos 28 diretores regionais do IBAMA.³⁷

Em um evento realizado em 13 de abril de 2020 no Rio Grande do Sul, o Ministro do Meio Ambiente brasileiro Ricardo Salles ameaçou processar e punir os funcionários do ICMBio que estivessem ausentes do evento. Desde então, o Ministério do Meio Ambiente tem enfrentado uma onda de demissões, demissões de pessoal sênior e sua substituição. Em resposta às ameaças feitas pelo Ministro Ricardo Salles, o presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, renunciou. Após sua saída, dois diretores, Luiz Felipe de Luca e Gabriel Henrique, e o vice-presidente do ICMBio, Régis Pinto de Lima, renunciaram em 24 de abril.

Em 24 de abril de 2020, o Diário Oficial informa as demissões de três executivos do Ministério do Meio Ambiente. Entre eles, Fernando dos Santos Weber, que desde janeiro de 2017 chefiava a unidade do ICMBio na Lagoa do Peixe de Mostardas, no Rio Grande do Sul, Raiane de Melo Viana e Rafael Pereira Pinto, executivos da zona de proteção ambiental Cavernas de Peruaçu, em Minas Gerais.

³³ S. CONTE, « Au Brésil, c'est maintenant l'armée qui s'occupe de l'environnement », reporterre.net, 3 mai 2019, <https://reporterre.net/Au-Bresil-c-est-maintenant-l-armee-qui-s-occupe-de-l-environnement>

³⁴ C. GATINOIS, « Au Brésil, la mise en place d'une politique de destruction de l'environnement », Le Monde, 2 mai 2019, https://www.lemonde.fr/planete/article/2019/05/02/au-bresil-la-mise-en-place-d-une-politique-de-destruction-de-l-environnement_5457231_3244.html

³⁵ C. GOUSET, « Brésil : avec Bolsonaro, la facture est déjà salée pour l'environnement », L'Express, 1 juil. 2019, https://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-sud/bresil-avec-bolsonaro-la-facture-est-deja-salee-pour-l-environnement_2087183.html

³⁶ J. BONNEMAINS, « Jair Bolsonaro : l'homme qui aime autant la nature que la démocratie », Charlie Hebdo, 3 août 2020, <https://charliehebdo.fr/2020/08/ecologie/jair-bolsonaro-homme-qui-aime-autant-la-nature-que-la-democratie/>

³⁷ C. GATINOIS, « Au Brésil, la mise en place d'une politique de destruction de l'environnement », Le Monde, 2 mai 2019, https://www.lemonde.fr/planete/article/2019/05/02/au-bresil-la-mise-en-place-d-une-politique-de-destruction-de-l-environnement_5457231_3244.html

Seus substitutos são todos os oficiais da Polícia Militar de São Paulo: Coronel Fernando Lorencini, Tenente Coronel Marcos Simonovic, Major Marcos Aurélio Venâncio e Coronel Marcos José Pereira. O Presidente do ICMBio foi substituído pelo Coronel Homero de Gorge Cerqueira.

Este processo de militarização do setor ambiental do governo é liderado pelo próprio Presidente Jair Bolsonaro e implementado pelo Ministro Ricardo Salles. O objetivo, segundo Bolsonaro, é "pôr fim à estrutura ideológica do setor, liderada por ONGs e entidades que lidam com o meio ambiente"³⁸. A respeito dos executivos responsáveis pelo IBAMA, o Presidente Bolsonaro disse: "Vamos substituir este tipo de pessoas".³⁹

Como explicou um funcionário, sob condição de anonimato por medo de represálias, "toda a organização do ICMBio foi revista para concentrar as decisões nas mãos dos militares".⁴⁰

II. A importância da floresta tropical amazônica para a humanidade

A floresta tropical amazônica desempenha um papel essencial na regulação climática e pluviométrica global. Sua destruição constituiria uma ameaça direta para a humanidade. Em particular, ela permite a absorção de gases de efeito estufa. A este respeito, os cientistas concordam que a floresta tropical absorve mais CO₂ do que libera⁴¹. Entretanto, o Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa, dos quais 44% são provenientes de desmatamento.⁴² A destruição da floresta amazônica representaria, portanto, um perigo direto não só para os brasileiros, mas também para toda a humanidade.

Além disso, o Brasil abriga outros ecossistemas que são extremamente importantes para a regulação climática do subcontinente sul-americano, como o Cerrado, a savana mais rica do mundo em termos de biodiversidade, e o Pantanal, a maior área alagada do mundo.

A agricultura nestas áreas apresenta uma série de riscos, além do aumento potencial das emissões de gases de efeito estufa. O Pantanal experimentou um

³⁸ S. CONTE, « Au Brésil, c'est maintenant l'armée qui s'occupe de l'environnement », reporterre.net, 3 mai 2019, <https://reporterre.net/Au-Bresil-c-est-maintenant-l-armee-qui-s-occupe-de-l-environnement>

³⁹ Ibid.

⁴⁰ L. RAULAIS, « Environnement. Au Brésil, la déforestation de l'Amazonie s'accélère », Ouest France, 25 mai 2020, https://cannes.maville.com/sport/detail_-environnement.-au-bresil-la-deforestation-de-l-amazonie-s-accelere_fil-4111415_actu.Htm

⁴¹ « Amazonie, Sibérie... Comment les feux de forêt accélèrent le réchauffement climatique », Ouest France, 23 août 2019, <https://www.ouest-france.fr/environnement/climat/feux-de-foret-en-amazonie-quels-impacts-sur-le-rechauffement-climatique-6489336>

⁴² SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima), « Gases de efeito estufa », Observatorio do clima, 2019, http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2019/11/OC_SEEG_Relatorio_2019pdf.pdf

aumento de 529 por cento nos incêndios em 2019, o maior aumento desde 2005⁴³. O desmatamento também cria perigos para a manutenção dos ciclos hidrológicos regionais, já que ambos os biomas⁴⁴ estão fortemente ligados ao Aquífero Guarani, a segunda maior reserva subterrânea de água potável do mundo.

A política do governo brasileiro poderia fazer com que estas emissões de gases de efeito estufa atingissem um ponto de viragem incontrollável, um ponto de viragem que os especialistas científicos e climáticos apontam como uma realidade iminente.⁴⁵ Isto levaria à destruição quase completa do ecossistema amazônico.⁴⁶

Segundo alguns cientistas, este ponto de inflexão poderia ser alcançado já em 2021:

- "Calculo que a manutenção da taxa atual de desmatamento até o resto de 2019 e durante os próximos anos aproximaria perigosamente a Amazônia do "ponto de inflexão" estimado logo em 2021 ... além do qual a floresta tropical não pode mais gerar chuva suficiente para se sustentar"⁴⁷

Uma vez atingido este ponto de ruptura, levaria apenas algumas décadas até que o ecossistema entrasse em colapso.⁴⁸

⁴³ INPE/DGI, « Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma », http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/, recherche 'Filtros por Bioma > Pantanal'.

⁴⁴ Un biome est une unité écologique, faisant référence à une vaste zone géographique qui partage un climat, une faune et une flore similaire

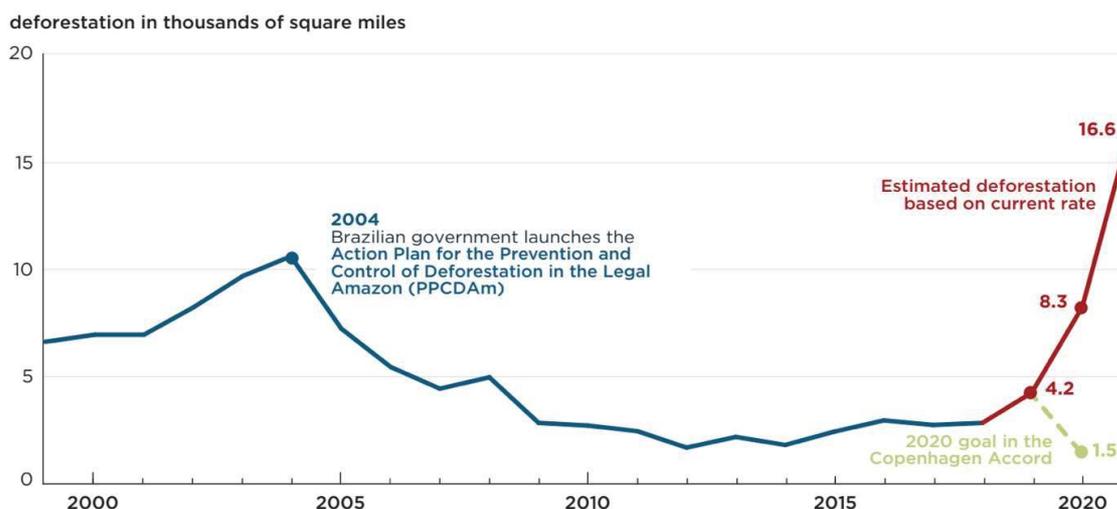
⁴⁵ M. MC FALL-JOHNSE, « Amazon rainforest is close to cross an threshold that will turn it into savanna, top scientists say », Business insider, 20 déc. 2019, <https://www.businessinsider.fr/us/amazon-rainforest-reaching-tipping-point-deforestation-experts-warn-2019-12>

⁴⁶ T. E. Lovejoy, C. Nobre, « Amazon Tipping Point », Sciences advances, 2018, <https://advances.sciencemag.org/content/4/2/eaat2340/tab-pdf>

⁴⁷ M. DE BOLLE, « The Amazon is a Carbon Bomb: How Can Brazil and the World Work Together to Avoid Setting It Off? », Peterson Institute for International Economics, oct. 2019, <https://www.piie.com/sites/default/files/documents/pb19-15.pdf>

⁴⁸ G. S. COOPER, S. WILLCOCK, J. A. DEARING, « Regime shifts occur disproportionately faster in larger ecosystems », In Nature Communications, vol. 11, art 1175, 10 mars 2020, [nature.com/articles/s41467-020-15029-x](https://www.nature.com/articles/s41467-020-15029-x)

Figure 1
Amazon deforestation is fast approaching tipping point when it can no longer sustain itself



Note: The estimates for 2019 to 2021 were calculated by the author maintaining the rate of increase in deforestation estimated between January and August 2019 by INPE.

Source: Brazil's National Institute for Space Research (INPE) and author's calculations.

Evolução do desmatamento na Amazônia após atingir o ponto de inflexão⁴⁹

Neste contexto, as terras indígenas representam uma importante fronteira contra o desmatamento e impedem a destruição irreversível dos recursos florestais.

As terras indígenas também contribuem para a luta contra o aquecimento global, já que um quarto do carbono é absorvido pelas florestas tropicais localizadas em terras indígenas⁵⁰. O desmatamento desses territórios indígenas era, portanto, um motivo de preocupação.

⁴⁹ M. DE BOLLE, Id.

⁵⁰ « Across the tropics, forestlands that are legally owned or traditionally held by Indigenous Peoples and local communities (hereafter “collective forestlands”) contain at least 54,546 million metric tons of carbon (MtC). Globally, this represents at least 24 percent of the total carbon stored aboveground in the world’s tropical forests ». THE RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE, « Toward a Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands », nov. 2016, <http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2016/10/Toward-a-Global-Baseline-of-Carbon-Storage-in-Coll-ective-Lands-November-2016-RRI-WHRC-WRI-report.pdf>

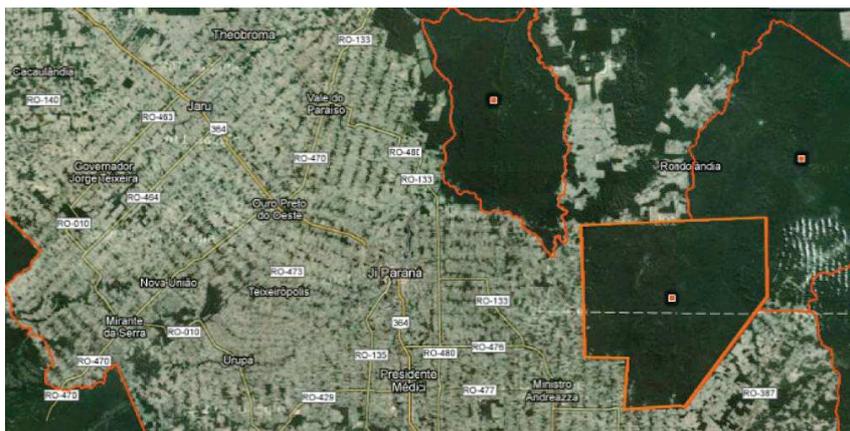
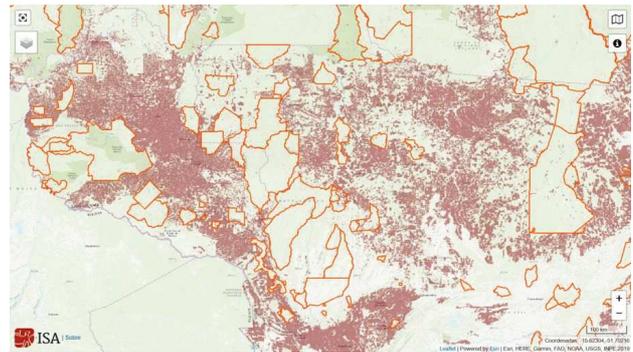


Ilustração da eficácia das terras indígenas como uma barreira ao desmatamento. As áreas marrons ou cinzas representam áreas desmatadas. As áreas verdes representam áreas onde a floresta é conservada. As linhas branca (superior) e vermelha (inferior) representam os limites das terras aborígenes.⁵¹

⁵¹ Description et sources (du haut au bas et de la gauche à la droite) - Image 1 : Xingu, 2018 (Google Earth, earthengine.google.com/timelapse/?location=rondonia). Image 2 : 2017 (ISA, pib.socioambiental.org/en/Demarcation). Image 3 : État de Rondônia, 2017 (Google Earth, id.). Image 4 : États de Mato Grosso et Rondônia, 2017 (ISA, uc.socioambiental.org). Image 5 : État de Rondônia, 2017 (ISA, pib.socioambiental.org/en/Demarcation).

Um manifesto organizado pelo cacique Raoni e assinado por mais de 600 representantes de 45 comunidades indígenas em fevereiro de 2020, declara :

- *"Não estamos apenas defendendo o meio ambiente: nós somos a própria Natureza. Destruir o meio ambiente é nos matar. Queremos preservar a floresta em pé, não porque seja bela, mas porque todos os seres que a habitam são parte de nós e fluem em nosso sangue. [...] . O que importa para nós é nossa terra. Vale mais do que a vida. E somos nós que podemos proteger a natureza, nós que nunca destruímos ou poluímos nosso rio. Nós cuidamos de nossa terra, sabemos o quanto ela é preciosa. Devemos proteger o que nossos ancestrais nos deixaram".*⁵²

III. A demarcação de terras indígenas

A. Demarcação, um direito constitucional

No Brasil, a demarcação de terras indígenas está sujeita a legislação específica. Uma vez adquirida, a demarcação concede proteção às comunidades indígenas, uma vez que elas desfrutam do usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos. O território é declarado propriedade da União.

A demarcação das terras dos povos indígenas do Brasil é um direito reconhecido pelo artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988 e ainda estava em andamento antes da chegada de Jair Bolsonaro ao poder.

De acordo com a Constituição Federal, as terras indígenas são "inalienáveis e indisponíveis e, portanto, sem qualquer possibilidade de negociação ou consideração de interesses econômicos (seja de empresas mineradoras ou madeireiras, caçadores de ouro, grandes proprietários de terras ou pequenos agricultores) ou interesses políticos (setores militares ou governadores dos estados envolvidos)".⁵³

O procedimento de demarcação é estabelecido pelo Decreto Presidencial Nº 1775/96, de 8 de janeiro de 1996. O processo de demarcação consiste em várias etapas.⁵⁴

Em termos concretos, a demarcação envolve um estudo cartográfico, ambiental, etnológico e histórico conduzido por um antropólogo assistido por um grupo técnico

⁵² Coll. « MANIFESTE DE PIARAÇU – Sommet des leaders amazoniens uni.es contre Bolsonaro », Autres Brésils, 22 janv. 2020, <https://www.autresbresils.net/MANIFESTE-DE-PIARACU-Sommet-de-leaders-amazoniens-uni-es-contre-Bolsonaro>

⁵³ D. BUCHILLET, « Droits constitutionnels et démarcations des terres au Brésil », Journal de la société des Américanistes. Tome 79, 1993, pp.225-231, <https://doi.org/10.3406/jsa.1993.2737>

⁵⁴ B. COMOLI, « La démarcation des terres indigènes au Brésil n'est pas terminée », bcomoli.blog, 19 août 2011, <https://bcomoli.blog.tdg.ch/archive/2011/08/19/la-demarcation-des-terres-indigenes-au-bresil-n-est-pas-term.htm>

especializado responsável pela realização de estudos de natureza etnológica, histórica, legal, cartográfica e ambiental.

Este estudo é então validado ou emendado pela FUNAI, a Fundação Nacional do Índio. O Presidente da FUNAI deve publicar um resumo do relatório no Jornal Oficial da União e no Estado correspondente.

A partir da data de publicação do relatório no Diário Oficial, qualquer parte interessada tem 90 dias para contestar seu conteúdo. A Funai tem então 60 dias para elaborar um relatório sobre estes desafios e encaminhar o procedimento ao Ministro da Justiça. Esta última tem 30 dias para publicar a prisão e ordenar a demarcação física ou desaprovar a identificação.

A proposta de demarcação é apresentada ao Presidente da República, que emitirá um decreto de aprovação publicado no Diário Oficial da República. Dentro de 30 dias, o território indígena demarcado e homologado deverá ser registrado como propriedade da União.

O reconhecimento oficial será obtido através de demarcação física, que consistirá na instalação de placas proibindo o acesso nas estradas que levam às terras indígenas.

B. A melhor maneira de combater o desmatamento

O desmatamento é a melhor maneira de combater o desmatamento, de acordo com dois cientistas políticos americanos, um da Universidade de San Diego, Califórnia, e o outro de Columbia, Nova Iorque. Este esquema reduziu significativamente o desmatamento nestas terras entre 1982 e 2016, tornando os povos indígenas os melhores guardiões da floresta.

Em um estudo publicado em 11 de agosto de 2020 na PNAS, a revista da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, eles mostram uma redução de 66% no desmatamento em territórios pertencentes a povos indígenas em comparação com outros.⁵⁵

C. Um estado de coisas alarmante

A demarcação leva a muitos conflitos econômicos, políticos e jurídicos.

Apesar da proteção constitucional, grupos econômicos e políticos tentaram e às vezes conseguiram ocupar terras em muitos lugares, seja pela força ou pela exploração de vazios legais que negam a identidade indígena de certos povos, desafiam a demarcação de certos territórios, criam reservas ecológicas para fins econômicos para permitir a exploração de recursos.

⁵⁵ L. SANTACROCE, « Amazonie brésilienne : la démarcation des terres indigènes, meilleur moyen de lutter contre la déforestation ? », geo.fr, 14 août. 2020, <https://www.geo.fr/environnement/amazonie-bresilienne-la-demarcation-des-terres-indigenes-meilleur-moyen-de-lutter-contre-la-deforestation-201698>

De acordo com fontes, o país tem entre 689 e 1.296 terras indígenas cobrindo aproximadamente 13% dos 8,5 milhões de km² do território nacional.

A Constituição brasileira estabeleceu um prazo de demarcação de 5 de outubro de 1993. Os eleitores tinham dado ao governo um prazo de cinco anos para proteger todas as terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Os números mostram que esta obrigação constitucional não é respeitada.

Atualmente, apenas 488 das terras indígenas são demarcadas e, portanto, elegíveis para proteção total⁵⁶. Mais de 200 terras indígenas estão, portanto, aguardando a demarcação.

É difícil para os povos indígenas alertar a comunidade internacional sobre o assunto. Na cerimônia de abertura da Copa de 2014 em São Paulo, uma das três crianças responsáveis pela libertação da pomba carregava uma faixa de "demarcação" para denunciar a falta de respeito por este direito. O gesto é censurado na televisão.⁵⁷

D. A preocupante transferência de competência da FUNAI para o Ministério da Agricultura

Desde o primeiro dia de seu mandato, o Presidente Jair Bolsonaro colocou a demarcação de terras indígenas sob a supervisão do Ministério da Agricultura. A partir de agora, a atribuição de territórios reservados aos povos indígenas não será mais regulamentada pela FUNAI.

Esta transferência de competência equivale à entrega de terras indígenas ao agronegócio desde que Jair Bolsonaro confiou o Ministério da Agricultura a Tereza Cristina da Costa, que muito claramente defende os interesses do agronegócio.

Uma das líderes da APIB, Sonia Guajajara, lamentou esta decisão no twitter: "Você viu? a desmontagem começou. A Funai não é mais responsável pela identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas".⁵⁸

⁵⁶ FUNAI, « Terras indígenas : o que é ? »,

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>

⁵⁷ L. MACHADO, « Na abertura da Copa em SP, índio faz protesto por demarcação de terras », globo.com, 13 juin 2014,

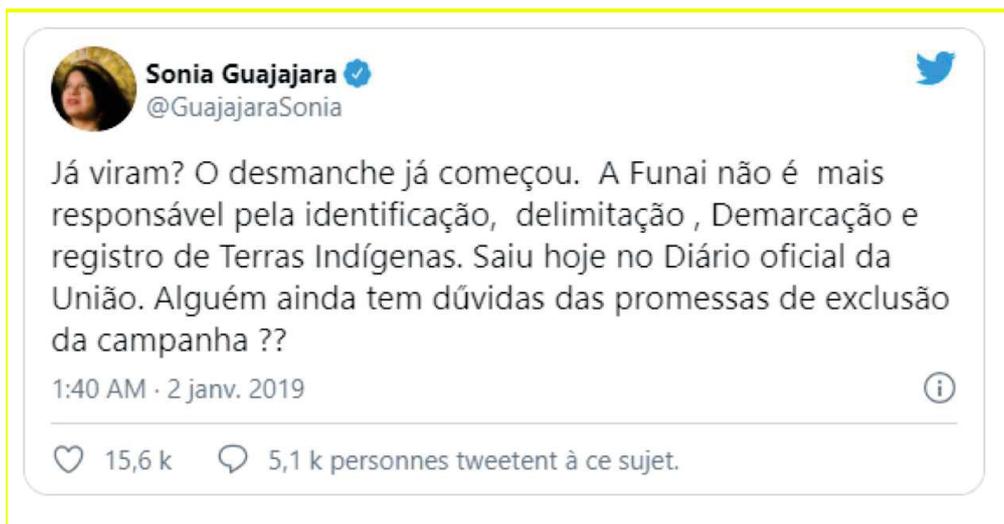
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/na-abertura-da-copa-em-sp-indio-faz-protesto-por-demarcacao-de-terras.html>

« Terras indígenas : o que é ? »,

<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>

⁵⁸ FRANCEINFO avec AFP, « Brésil : la démarcation des terres indigènes confiée au ministère de l'Agriculture », francetvinfo.fr, 2 janv. 2019,

https://www.francetvinfo.fr/monde/bresil/bresil-la-demarcation-des-terres-indigenes-confiee-au-ministere-de-l-agriculture_3126713.html



E. O fim das demarcações

A presidência bolsonariana marca a parada total da demarcação dos territórios indígenas. Na verdade, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil nunca teve um período tão longo durante o qual nenhum território indígena, parque ou área natural protegida tenha sido demarcado. O Presidente Jair Bolsonaro adotou uma política de "retrocesso": ele defende o fim das demarcações e a redução da área de superfície dos territórios indígenas já demarcados.

Em maio de 2020, o juiz da Suprema Corte Federal, Sr. Edson Fachin, impôs uma grande derrota ao governo Jair Bolsonaro e ao lobby do agronegócio. Em 7 de maio de 2020, ele emitiu uma decisão provisória suspendendo todos os processos judiciais no país que poderiam afetar a demarcação de Terras Indígenas enquanto durar a pandemia Covid-19 ou até que uma decisão seja proferida pelo Tribunal de Apelação no caso das Terras Indígenas Ibirama La Klãnõ⁵⁹. Esta decisão se aplica a todos os processos judiciais pendentes no país.

IV. Projetos de lei apoiadas pelo Governo Bolsonaro: um futuro sombrio para os povos indígenas e florestas do Brasil

A. O projeto de lei que autoriza o uso de terras reservadas aos povos indígenas

⁵⁹ O. BRAGA DE SOUZA, « Brésil : Bolsonaro s'attaque rétroactivement aux Terres indigènes, le Tribunal Suprême Fédéral suspend les actions pendant la pandémie », Instituto Socioambiental trad. G. SCULLER pour Autres Brésils, 8 mai 2020, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/fachin-impoe-derrota-a-bolsonaro-e-suspende-aoes-contra-demarcacoes-de-terras-indigenas> ; trad. Disponible sur (<https://www.autresbresils.net/Bresil-Bolsonaro-s-attaque-retroactivement-aux-Terres-Indigenes-le-Tribunal>)

No início de fevereiro de 2020, Jair Bolsonaro concordou com um projeto de lei para autorizar a mineração e a exploração agrícola em territórios reservados aos povos indígenas.

O projeto de lei visa abrir as terras indígenas à exploração econômica e prevê a regulamentação de uma série de atividades econômicas⁶⁰ em territórios indígenas, barragens de energia ou agricultura industrial (agronegócio)⁶¹. O projeto de lei não inclui o respeito ao direito de consulta dos povos indígenas afetados por essas medidas, apesar da adesão do Brasil à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. O porta-voz do povo Yanomami, Davi Kopenawa, falou em 2 de março de 2020 perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre este projeto:

"Já existem cerca de 20.000 mineiros ilegais invadindo nosso território, contaminando nossas águas e trazendo de volta doenças como a intoxicação por mercúrio e a malária". O projeto de lei no Parlamento para legalizar a mineração industrial nos territórios indígenas seria um verdadeiro ato de genocídio para as comunidades indígenas. »⁶²

Este novo texto não foi tornado público e em breve será submetido à votação do Congresso⁶³. O Chefe de Estado disse: "Espero que este sonho se torne realidade", durante uma cerimônia oficial em Brasília, onde ele assinou o projeto de lei elaborado pelo governo.

B. Autorização de pesticidas tóxicos

Em 2019, o Ministério da Agricultura autorizou 410 pesticidas, dos quais 31% são proibidos na Europa devido ao seu alto nível de perigosidade, e 43% são considerados "altamente tóxicos" de acordo com critérios internacionais. Um relatório publicado na revista científica Nature revela que esta autorização não obedece a nenhum critério científico rigoroso, pois cria "maiores riscos de

⁶⁰ J. MCGEEVER, J. SPRING, « Brazil's government to present bill allowing mining on indigenous reserves », Reuters, 3 oct. 2019, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment/brazils-government-to-present-bill-allowing-mining-on-indigenous-reserves-idUSKBN1WI1KH>

⁶¹ L'EXPRESS.fr avec AFP, « Au Brésil, Bolsonaro approuve un projet de loi sur les terres indigènes », [lexpress.fr](https://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-sud/au-bresil-bolsonaro-approuve-un-projet-de-loi-sur-les-terres-indigenes_2117475.html), 6 fev. 2020, https://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-sud/au-bresil-bolsonaro-approuve-un-projet-de-loi-sur-les-terres-indigenes_2117475.html

⁶² D. KOPENAWA, « Right Livelihood Award Laureate Davi Kopenawa demands that indigenous rights be respected in Brazil », The right livelihood foundation, 2 mars 2020, <https://www.rightlivelihoodaward.org/media/davi-kopenawa-addresses-the-un-human-rights-council-demanding-that-indigenous-rights-be-respected-in-brazil/>

⁶³ A. LINDON, « Brésil : Bolsonaro autorise l'exploitation des terres indigènes », [cnews.fr](https://www.cnews.fr/monde/2020-02-06/bresil-bolsonaro-autorise-l-exploitation-des-terres-indigenes-924944#:~:text=Le%20pr%C3%A9sident%20br%C3%A9silien%20Jair%20Bolsonaro,les%20territoires%20r%C3%A9serv%C3%A9s%20aux%20indig%C3%A8nes.&text=La%20l%C3%A9gislation%20actuelle%20interdit%20toute%20exploration%20mini%C3%A8re%20ou%20exploitation%20agricole%20non%20traditionnelle) (par AFP), 6 fév. 2020, <https://www.cnews.fr/monde/2020-02-06/bresil-bolsonaro-autorise-l-exploitation-des-terres-indigenes-924944#:~:text=Le%20pr%C3%A9sident%20br%C3%A9silien%20Jair%20Bolsonaro,les%20territoires%20r%C3%A9serv%C3%A9s%20aux%20indig%C3%A8nes.&text=La%20l%C3%A9gislation%20actuelle%20interdit%20toute%20exploration%20mini%C3%A8re%20ou%20exploitation%20agricole%20non%20traditionnelle>

contaminação de corpos d'água, alimentos, seres humanos, animais (polinizadores) e zonas ripárias".⁶⁴

V. A indignação geral suscitada pela presidência de Jair Bolsonaro e os membros de seu governo

As palavras e o comportamento do Presidente Jair Bolsonaro provocam regularmente a indignação da classe política. Em 23 de agosto de 2020, Bolsonaro ameaçou um jornalista que o questionava sobre cerca de 22.000 cheques de US\$ 22.000 alegadamente recebidos por sua esposa de um senador em um caso de desvio de salário. "Quero te dar um soco na cara", respondeu o presidente.⁶⁵

A. Reação internacional

As preocupações da comunidade internacional culminaram em agosto de 2019 diante da devastação da floresta tropical amazônica. A falta de resposta das autoridades brasileiras foi motivo de preocupação para a comunidade internacional, colocando a Amazônia no centro das discussões do G7 e da cúpula climática da ONU. Este contexto explica o impasse entre Emmanuel Macron e Bolsonaro em relação ao acordo entre a Europa e o Mercosul. Depois da Alemanha, a Noruega decidiu parar sua contribuição para o Fundo Amazônia, um projeto gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil que havia recebido mais de 1,2 bilhões de dólares na última década, porque, segundo o Ministro do Meio Ambiente da Noruega, o Brasil mostrou "que não quer mais parar o desmatamento".⁶⁶

Em junho de 2020, em um relatório dedicado aos desafios ambientais e aos direitos humanos na Amazônia⁶⁷, o Parlamento Europeu planeja submeter o assunto ao Tribunal Penal Internacional:

- "O Parlamento considera a viabilidade e implicações legais de alertar o Tribunal Penal Internacional (TPI) para um possível crime contra a

⁶⁴ 'SUPPLEMENTARY INFORMATION' In J. BARLOW, E. BERENQUER, R. CARMENITA, F. FRANCA, « Clarifying Amazonia's burning crisis », Global Change Biology, 15 nov. 2019, page 2, https://static-content.springer.com/esm/art%3A10.1038%2Fs41559-019-1093-x/MediaObjects/41559_2019_1093_MOESM1_ESM.pdf

V. également : P. WATANABE, « Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo », 18 nov 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/cientistas-nao-assinam-estudo-sobre-queimadas-com-medo-de-represalias-do-governo.shtml?origin=folha> [Pièce n°XXX – actuellement traduction n°10]

⁶⁵ LE FIGARO avec AFP, « Brésil : Bolsonaro menace une journaliste après une question sur sa femme », Le Figaro, 24 août 2020, <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/bresil-bolsonaro-menace-un-journaliste-apres-une-question-sur-sa-femme-20200824>

⁶⁶ THE GUARDIAN, « Norway halts Amazon fund donation in dispute with Brazil », The Guardian, 16 août 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/16/norway-halts-amazon-fund-donation-dispute-brazil-deforestation-jair-bolsonaro>

⁶⁷ Parlement européen, « Challenges for environmental and indigenous peoples' rights in the Amazon region », Juin 2020, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/603488/EXPO_IDA\(2020\)603488_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2020/603488/EXPO_IDA(2020)603488_EN.pdf)

*humanidade na Amazônia brasileira que afeta a integridade do bioma amazônico, causando a desapropriação ilegal das terras dos povos indígenas e ameaçando a vida dos povos indígenas em isolamento voluntário.*⁶⁸

B. Reações brasileiras

Estes ataques ambientais levaram a um novo desenvolvimento na história brasileira: oito ex-ministros do meio ambiente de partidos políticos opostos uniram forças para denunciar os desafios e riscos colocados pelo atual governo. Em uma carta aberta, eles declaram:

*"A governança sócio-ambiental no Brasil está sendo desmantelada, violando a Constituição". Estamos testemunhando uma série de ações sem precedentes, que desafiam a capacidade do Ministério do Meio Ambiente de formular e implementar políticas públicas. ...] Estamos enfrentando um risco real de um aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia. Os freqüentes sinais contraditórios enviados no combate aos crimes ambientais podem transmitir a idéia de que o desmatamento é essencial para o sucesso da agricultura no Brasil. A ciência e mesmo a história política recente do país demonstram plenamente que isto é uma falácia e um erro que nos custará muito caro a todos.*⁶⁹

[Anexo XXX - atualmente Tradução No. 7]

C. Reações na comunidade científica

Os cientistas também expressaram preocupação com esta política de desmantelamento das agências de proteção ambiental. Um artigo científico publicado em novembro de 2019 na revista *Global Change Biology*⁷⁰ mostra o papel direto desempenhado pela política do governo Bolsonaro no aumento dos incêndios na Amazônia em 2019. Estes cientistas recusaram-se a revelar sua identidade como co-autores do artigo a fim de evitar represálias.

Além disso, uma carta aberta assinada por 1.230 cientistas de vários países do mundo, publicada em fevereiro de 2020 na revista científica *Nature*⁷¹, destaca os riscos das decisões de Jair Bolsonaro para o meio ambiente global:

⁶⁸ En anglais dans le texte original : « the EP consider the viability and legal implications of alerting the International Criminal Court (ICC) to a possible crime against humanity in Brazil's Amazon affecting the integrity of the Amazon biome, causing the illegal dispossession of indigenous peoples' lands and threatening the lives of indigenous peoples in voluntary isolation »

⁶⁹ Coll. (R. RICUPERO et. al.), « COMUNICADO DOS EX-MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE », Observatorio do clima, 8 mai 2019, <https://bit.ly/2PURjH6> [Traduction n°XXX – actuellement n°7]

⁷⁰ J. BARLOW, E. BERENGUER, R. CARMENITA, F. FRANCA, « Clarifying Amazonia's burning crisis », *Global Change Biology*, 15 nov. 2019, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gcb.14872>

⁷¹ C. LEVIS, B. M. FLORES, G. G. MAZZOCHINI et al., « Help restore Brazil's governance of globally important ecosystem services », *Nature Ecology & Evolution* 4, 2020, p. 172–173, <https://www.nature.com/articles/s41559-019-1093-x#MOESM1>

"Desde 2005, políticas de conservação bem-sucedidas fizeram do Brasil um exemplo global de governança ambiental, em particular expandindo Áreas Protegidas e Terras Indígenas, desenvolvendo sistemas avançados de monitoramento para detectar a perda de vegetação e intervindo nas cadeias de fornecimento de soja e carne bovina. Agora, a administração do presidente Jair Bolsonaro está dismantando as políticas sócio-ambientais do país, colocando em risco a governança de importantes serviços ambientais globais. O Brasil é um país com uma imensa responsabilidade para com a humanidade. Primeiro, porque contém a maior parte da floresta tropical amazônica, um elemento crítico para estabilizar o sistema climático da Terra. Em segundo lugar, seus ecossistemas terrestres bem conservados armazenam imensas quantidades de carbono e 12% dos recursos hídricos globais. Em terceiro lugar, seus ecossistemas terrestres e marinhos abrigam 10% da biodiversidade mundial, incluindo muitas espécies úteis para a alimentação, medicina e construção. Além disso, a diversidade cultural do Brasil inclui mais de 300 grupos étnicos que preservam o antigo Conhecimento Ecológico Indígena e que historicamente prestaram serviços essenciais para as sociedades. [...] Os 1.230 signatários deste ensaio, que representam uma ampla seção transversal da comunidade científica brasileira, assim como membros indígenas e tradicionais da comunidade, apelam aos parceiros comerciais internacionais, governos estaduais e municipais, membros do parlamento e cidadãos preocupados para pressionar o governo brasileiro a reverter sua agenda destrutiva e apoiar esta agenda construtiva, antes que a humanidade perca serviços ambientais críticos".⁷²

D. Resposta da sociedade civil e dos especialistas

Finalmente, observadores e especialistas publicaram numerosos relatórios alertando sobre a situação dos povos indígenas e ativistas ambientais no Brasil.

O Conselho Indigenista Missionário Indigenista (CIMI) publicou um relatório em setembro de 2019, relatando mais de 160 atos de violência contra os povos indígenas (incluindo atos como invasão de territórios, exploração ilegal de recursos naturais e vários danos ao patrimônio) entre janeiro e setembro de 2019⁷³. [Anexo XXX - atualmente Tradução No. 8]

A ONG Human Rights Watch publicou em setembro de 2019 um relatório detalhado sobre a situação de risco dos povos da floresta e a proteção ambiental sob o governo de Jair Bolsonaro.⁷⁴

A Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria TAULI CORPUZ, declarou que está "extremamente preocupada" com a situação dos povos indígenas do Brasil sob o governo Bolsonaro.⁷⁵

Em um relatório destinado a soar o alarme sobre os riscos do "apartheid ambiental" em escala planetária, o Relator Especial da ONU sobre Pobreza Extrema e Direitos Humanos, Philip ALSTON, acredita que as ações do Presidente Jair Bolsonaro são

⁷² C. LEVIS, B. M. FLORES, G. G. MAZZOCHINI et al., *Id.*

⁷³ Voir données préliminaires de 2019 au rapport du CIMI de 2018 : CIMI, « A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi », 24 sept. 2019, <https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/> [Pièce XXX – actuellement Traduction n°8]

⁷⁴ HUMAN RIGHTS WATCH, 'V - President Bolsonaro's Anti-Environmental Policies' In : « Rainforest Mafias: How Violence and Impunity Fuel Deforestation in Brazil's Amazon », 17 september 2019, <https://www.hrw.org/report/2019/09/17/rainforest-mafias/how-violence-and-impunity-fuel-deforestation-brazils-amazon>

⁷⁵ J. CHADE, « Relatora da ONU pede que Bolsonaro desista de pastor evangélico na Funai », UOL, 5 fév. 2020, <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/05/relatora-da-onu-pede-que-bolsonaro-desista-de-pastor-evangelico-na-funai.htm> [Pièce XXX – actuellement Traduction n°26]

o próprio exemplo de atos que vão "na direção errada", com suas "promessas de abrir a floresta amazônica à mineração, de acabar com a demarcação de territórios indígenas e de enfraquecer as agências ambientais e a proteção ambiental".⁷⁶

Em 24 de agosto de 2020, 24 ONGs, incluindo Greenpeace, Friends of the Earth e Notre Affaire à Tous, co-assinaram uma plataforma para desafiar o governo francês enquanto os incêndios destroem mais uma vez as florestas na Amazônia.⁷⁷ Estas ONGs denunciam a inação da França, embora o Presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, tenha falado sobre o assunto há um ano: "Devemos responder ao chamado da floresta que está queimando hoje na Amazônia, de uma forma muito concreta, vamos agir". Um ano depois, as chamas estão mais uma vez devastando os pulmões do planeta "na indiferença geral".

E. Gestão criminal da epidemia de Covid-19 do Presidente Bolsonaro para os povos indígenas

O Brasil é um dos países mais afetados pela epidemia da Covid-19. Em meados de agosto de 2020, o Brasil ultrapassou a marca de 2,84 milhões de contaminação, o segundo maior número de mortes no mundo depois dos Estados Unidos, com mais de 109.000 mortes⁷⁸. O Presidente Jair Bolsonaro não apreciou a seriedade da epidemia. Ele estava abertamente cético sobre a pandemia e se opunha a medidas de proteção contra o vírus.⁷⁹

O tratamento da pandemia pelo Presidente Bolsonaro foi fortemente criticado. O ex-chefe de Estado, Luiz Inácio Lula da Silva, ficou alarmado com a política do presidente de temer o genocídio e acusar seu sucessor de "falhas graves"⁸⁰, apontando para os apelos diários de Bolsonaro para que a desconfinação desse prioridade à economia sobre a saúde, numa época em que a epidemia de Covid-19 estava atingindo o país.⁸¹

⁷⁶ Human Rights Council, « Climate change and poverty », Report of the Special rapporteur on extreme poverty and human rights », 25 juin 2019, §30, https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Poverty/A_HRC_41_39.pdf

⁷⁷ FRANCE INFO, « Tribune. La France ne peut pas être complice : des ONG réclament des actions contre les incendies en Amazonie », 24 août 2020, https://www.francetvinfo.fr/monde/ameriques/amazonie/tribune-la-france-ne-peut-pas-etre-complice-des-ong-reclament-des-actions-contre-les-incendies-en-amazonie_4081099.html

⁷⁸ LES ECHOS, « Coronavirus : ce qu'il faut retenir de la journée du 20 août », 20 août 2020, <https://www.lesechos.fr/monde/enjeux-internationaux/en-direct-le-20-aout-coronavirus-le-point-sur-la-situation-en-france-et-dans-le-monde-1233676>

⁷⁹ AFP, « Bolsonaro demande aux entrepreneurs de "frapper fort" contre le confinement à Sao Paulo », lapresse.ca, 14 mai 2020, <https://www.lapresse.ca/international/amerique-latine/2020-05-14/bolsonaro-demande-aux-entrepreneurs-de-frapper-fort-contre-le-confinement-a-sao-paulo>

⁸⁰ LE PARISIEN avec AFP, « Coronavirus au Brésil : Lula craint un "génocide causé par Bolsonaro" », 15 mai 2020, <https://www.leparisien.fr/international/coronavirus-au-bresil-lula-craint-un-genocide-cause-par-bolsonaro-15-05-2020-8317572.php>

⁸¹ LE PARISIEN, « "Et alors ?" : quand le président Bolsonaro réagit aux 5 000 décès au Brésil », 1 mai 2020, <https://www.leparisien.fr/international/et-alors-quand-le-president-bolsonaro-reagit-aux-5000-deces-au-bresil-01-05-2020-8309409.php>

Entretanto, nem todas as regiões são igualmente afetadas pelo coronavírus. O povo indígena do país sentiu-se abandonado pelo Governo de Jair Bolsonaro, que vinha constantemente desmantelando seus direitos desde o início de seu mandato.

Jair Bolsonaro é acusado por uma coalizão de mais de 60 organizações de crimes contra a humanidade e genocídio por ter lidado com a crise do coronavírus⁸². Em 26 de julho de 2020, uma queixa foi apresentada ao Tribunal Penal Internacional por estas organizações, liderada pela rede sindical UniSaúde, que representa mais de um milhão de trabalhadores da saúde.⁸³

O texto denuncia as políticas do Presidente Bolsonaro e sua gestão da pandemia. De acordo com a denúncia, o Bolsonaro é acusado de ter cometido um crime contra a humanidade ao encorajar ações que aumentam o risco de proliferação do coronavírus e ao se recusar a implementar políticas para proteger as minorias. Os reclamantes insistem que, desde abril de 2020, o chefe de Estado vem ignorando todos os pareceres científicos e incentivando a retomada das atividades, tomando banhos da máfia e promovendo a cloroquina.⁸⁴

A queixa refere-se em particular a uma decisão relativa aos povos indígenas tomada pelo Chefe de Estado no início de julho. Ele tinha vetado a obrigação do governo federal de garantir o acesso dos povos indígenas à água potável⁸⁵. Sobre este ponto, profissionais de saúde acusam o Presidente brasileiro de genocídio.

As tribos indígenas precisavam ter mais segurança do que o resto da população do país, que havia sido duramente atingida pela pandemia Covid-19, porque suas terras deveriam ser protegidas. Ao invés disso, a Covid-19 havia se espalhado perigosamente por seu território. O coronavírus causou estragos na população indígena da Amazônia. O Grupo Interagencial de Apoio às Questões Indígenas das Nações Unidas expressou "profunda preocupação com o impacto da Covid-19 sobre os povos indígenas".⁸⁶

⁸² B. JUCA, « Profesionales de la salud denuncian a Jair Bolsonaro por genocidio ante la Haya », El Pais, 27 juil. 2020, <https://elpais.com/internacional/2020-07-27/profesionales-de-la-salud-denuncian-a-jair-bolsonaro-por-genocidio-ante-la-haya.html>

⁸³ Ibid.

⁸⁴ S. COZZOLINO, « Covid-19 : des soignants portent plainte contre Bolsonaro pour crime contre l'humanité », RFI, 27 juil. 2020, <https://www.rfi.fr/fr/am%C3%A9riques/20200727-coronavirus-soignants-portent-plainte-contre-bolsonaro-crimes-contre-lhumanit%C3%A9>

⁸⁵ CNEWS, « Coronavirus : des soignants accusent Jair Bolsonaro de crime contre l'humanité et génocide », 27 juillet 2020, <https://www.cnews.fr/monde/2020-07-27/coronavirus-des-soignants-accusent-jair-bolsonaro-de-crime-contre-lhumanite-et>

⁸⁶ Nations Unies, « Les peuples autochtones et le Covid-19 – Note d'orientation », un.org, 23 avril 2020, <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2020/05/Peuple-Autochtones-et-COVID-19-.pdf>

Em 21 de agosto de 2020, a APIB contava 19.893 casos confirmados e mais de 588 mortes.⁸⁷

RESUMO DOS DADOS DA COVID-19 ENTRE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Fonte: Boletins Informativos e Notas de falecimento da Sesai; Informações de lideranças, profissionais de saúde indígena e organizações da Rede Coiab

Atualizado até
21 de agosto de 2020



Se suas terras estivessem devidamente protegidas, os povos indígenas deveriam ter sido preservados frente a pandemia. Sob a presidência de Bolsonaro, as invasões se tornaram cada vez mais frequentes. A política de Bolsonaro perturbou as condições de vida dos povos indígenas, afetando sua saúde. Além da invasão de suas terras, o outro problema é o do acesso à saúde devido ao afastamento geográfico dos centros de saúde e à falta de investimento em determinadas áreas, marginalizando deliberadamente esses povos em seu acesso aos serviços essenciais.

⁸⁷ APIB, « Resumos dos dados da Covid-19 entre indígenas na amazona brasileira », facebook.fr, 21 août. 2020, <https://www.facebook.com/apiboficial/photos/pcb.2665034160433403/2665033930433426>

O mapeamento preparado pela APIB mostra claramente as desigualdades entre as vítimas da Covid 19, que estão super-representadas em terras indígenas.⁸⁸



O cacique Raoni acusou o Presidente Bolsonaro de querer "aproveitar" a epidemia para eliminar a população indígena⁸⁹. Em particular, ele citou o "cuidado precário da saúde" de seu povo, cuja taxa de mortalidade é duas vezes maior do que a do resto da população. Para Sonia Guajajara, presidente da APIB, os números sobre o Covid-19 revelam um "racismo institucionalizado" ⁹⁰ contra a população indígena.

⁸⁸ APIB, « Covid-19 et peuples autochtones », emergenciaindigena.apib.info, 30 août 2020

⁸⁹ AFP, « Selon Raoni, Bolsonaro ‘profite’ du coronavirus contre les indigènes », [lepoint.fr](https://www.lepoint.fr/monde/selon-raoni-bolsonaro-profite-du-coronavirus-contre-les-indigenes-05-06-2020-2378653_24.php), 5 mai 2020, https://www.lepoint.fr/monde/selon-raoni-bolsonaro-profite-du-coronavirus-contre-les-indigenes-05-06-2020-2378653_24.php

⁹⁰ R. GAUDITANO, « Les indiens du Brésil appellent à l'aide contre le Covid-19 et les pilleurs de ressources », [mrmondialisation.fr](https://www.mrmondialisation.fr), 23 juin 2020,

Era impossível para o povo Kayapos permanecer confinado uma vez que muitos alimentos básicos e produtos de higiene destinados a eles foram bloqueados pelos fornecedores devido a um "aumento criminoso da burocracia"⁹¹. Os povos indígenas foram forçados a ir às cidades para obter alimentos e bens de primeira necessidade, com o risco de contaminação devido a viagens e contato com os habitantes da cidade.

O chefe de estado também paralisou um projeto de lei destinado a ajudar e proteger os povos indígenas durante a pandemia do coronavírus. O Presidente Bolsonaro vetou 16 artigos-chave do projeto de lei "PL nº1142/2020", que foi aprovado em 8 de julho de 2020 quase por unanimidade pela Assembléia e pelo Senado⁹². Esta lei teria obrigado o governo a fornecer aos povos indígenas acesso à água potável e cuidados médicos durante a pandemia do coronavírus, permitindo, em particular, o acesso a leitos de terapia intensiva especialmente reservados para eles e a distribuição gratuita de gêneros de primeira necessidade⁹³. De acordo com o texto original, os povos indígenas deveriam ser considerados como "grupos em situação de extrema vulnerabilidade"⁹⁴.

O presidente brasileiro se justificou assegurando que a administração federal não estava em condições de financiar esta lei. Em 8 de julho de 2020, o Chefe de Estado exerceu seu poder de veto para suprimir vários artigos da lei, alegando que isso implicava em despesas adicionais "contrárias ao interesse público"⁹⁵.

Sebastião Salgado e Lélia Salgado, dois ardentes defensores da floresta amazônica, fizeram um apelo urgente ao Presidente do Brasil para que tomasse medidas imediatas para garantir a proteção dos povos indígenas do Brasil contra o vírus⁹⁶. Em 21 de julho de 2020, a petição tinha 291.962 assinaturas.

<https://mrmondialisation.org/les-indiens-du-bresil-appellent-a-laide-contre-le-covid-19-et-les-pilleurs-de-ressources/>

⁹¹ Ibid.

⁹² « Bolsonaro nie les droits des indigènes face à la Covid-19 », catch.ch.fr, 16 juil. 2020,

<https://www.cath.ch/newsf/bolsonaro-nie-les-droits-des-indigenes-face-a-la-covid-19/>

⁹³ GLOBO, « Bolsonaro sanciona, com vetos, projeto que prevê medidas para tentar proteger indígenas », 8 juil. 2020, article original disponible sur

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-projeto-que-preve-medidas-para-tentar-protoger-indigenas.ghtml>, traduction disponible sur

<https://planetamazonie.org/actualites/bolsonaro-veto-partiel-projet-loi-protoger-autochtones/> traduit du portugais par M. ATAIDE

⁹⁴ « Brésil : Bolsonaro édulcore une loi favorable aux indigènes, une ONG dénonce une ‘posture génocidaire’ », 20minutes.fr, 9 juil. 2020,

<https://www.20minutes.fr/monde/2819023-20200709-bresil-bolsonaro-edulcore-loi-favorable-indigenes-ong-denonce-posture-genocidaire>

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ S. SALGADO et L. WANICK SALGADO, « Lélia et Sebastião Salgado : Aidez-nous à protéger les indigènes d'Amazonie du Covid-19 », secure.avaaz.org, 1 mai 2020,

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/president_du_bresil_et_aux_leaders_de_sa_legistatu_lelia_et_sebastiao_salgado_aideznous_a_protoger_les_indigenes_damazonie_du_covid19/

Pior ainda, os agricultores aproveitaram a crise sanitária para intensificar o desmatamento e a pilhagem da Amazônia e das terras indígenas⁹⁷. A crise da Covid-19 serviu como uma "cortina de fumaça" por trás da qual o governo do presidente brasileiro se escondeu para perseguir seu plano de reduzir os direitos dos povos indígenas da Amazônia e justificar a apropriação de suas terras por poderosos lobbies agrícolas e mineradores⁹⁸. Em meio à pandemia, o desmatamento aumentou em 30% em comparação com 2019.⁹⁹

A epidemia de Covid-19 revela mais uma vez a implacável perseguição do Presidente Bolsonaro às populações indígenas e a trágica situação que os indígenas estão sofrendo, severamente afetados pelo vírus.

F. O impossível impeachment de Jair Bolsonaro

Por causa de seu tratamento irresponsável da crise do coronavírus, o Presidente Jair Bolsonaro é alvo de numerosas exigências de impeachment.

No início de agosto de 2020, havia quase cinqüenta pedidos de impeachment apresentados contra Jair Bolsonaro¹⁰⁰. O número de pedidos de impeachment está aumentando a cada dia, já que em maio passado a Câmara de Deputados foi apreendida de quase trinta pedidos de impeachment, trazidos por partidos de esquerda (PSOL, PDT, PSB) ou ecologistas (Rede)¹⁰¹. Em fevereiro de 2020, o diário Folha de S. Paulo relatou a hipótese de lançar um procedimento de impeachment a fim de evitar uma "aventura perigosa".¹⁰²

Entre as exigências mais proeminentes para o impeachment, o Partido Trabalhista do ex-presidente Luiz Inácio da Silva, Lula, apresentou um pedido de impeachment em maio passado¹⁰³. O próprio ex-presidente Lula exigiu a abertura de um processo de impeachment contra Jair Bolsonaro em 7 de agosto de 2020.¹⁰⁴

⁹⁷ V. QUADROS, A. B., ANJOS, « Profitant de la crise sanitaire, la déforestation et le pillage de l'Amazonie et des terres autochtones s'intensifient », bastamag.net, 1 mai 2020,

<https://www.bastamag.net/Bresil-indigenes-popualtions-autochtones-coronavirus-mines-Bolsonaro>

⁹⁸ F. DEGLISE, « La pandémie comme écran de fumée devant l'exploitation de l'Amazonie », ledevoir.com, 7 mai 2020, <https://www.ledevoir.com/monde/ameriques/578441/amazonie-la-pandemie-comme-ecran-de-fumee>

⁹⁹ B. MEYERFELD, « « Il n'y a plus de limite ! » : au Brésil, la déforestation augmente, conséquence indirecte du coronavirus », Le Monde, 22 avr. 2020,

https://www.lemonde.fr/planete/article/2020/04/22/au-bresil-la-deforestation-augmente-consequence-indirecte-d-u-covid-19_6037396_3244.html

¹⁰⁰ R. HENQUEN, « Lula demande l'ouverture du procès en destitution de Bolsonaro », mouvementcommuniste.over-blog.com, 7 août 2020,

<http://mouvementcommuniste.over-blog.com/2020/08/lula-demande-l-ouverture-du-proces-de-destitution-de-bolsonaro.html>

¹⁰¹ P. PIRO, « Brésil : Bolsonaro, le début de la fin ? », Politis, 1 mai 2020,

<https://www.politis.fr/articles/2020/05/bresil-bolsonaro-le-debut-de-la-fin-41815/>

¹⁰² T. OGIER, « Jair Bolsonaro ou la menace permanente », Les Echos, 28 fév. 2020,

<https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/jair-bolsonaro-ou-la-menace-permanente-1180640>

¹⁰³ RFI, « Brésil : le Parti des travailleurs demande la destitution de Bolsonaro », 22 mai 2020,

<https://www.rfi.fr/fr/am%C3%A9riques/20200522-br%C3%A9sil-le-parti-travailleurs-demande-la-destitution-bolsonaro>

¹⁰⁴ R. HENQUEN, « Lula demande l'ouverture du procès en destitution de Bolsonaro », mouvementcommuniste.over-blog.com, 7 août 2020, <http://mouvementcommuniste.over-blog.com/2020/08/lula-demande-l-ouverture-du-proces-de-destitution-de-bolsonaro.html>

Em 18 de março, três deputados apresentaram um pedido de impeachment, transmitido por "organizações da sociedade civil, apoiado por mais de 100.000 assinaturas".¹⁰⁵

O Chefe Raoni também pediu a remoção de Bolsonaro em 24 de agosto de 2020:¹⁰⁶

Le chef indien Raoni demande la destitution de Bolsonaro

« Mobilisons-nous pour retirer du pouvoir le président Bolsonaro » ... Afficher la suite



Cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, decidir se deve ou não dar seguimento a esses pedidos de impugnação. As chances de sucesso são baixas ou mesmo inexistentes, como explica o ex-presidente brasileiro Dima Roussef: "Acho que não há um número suficiente de deputados para votar a favor do impeachment"¹⁰⁷. Jair Bolsonaro conseguiu o apoio de pequenos partidos de direita nas últimas semanas, a fim de obter uma minoria de bloqueio no Congresso.

¹⁰⁵ S. GRANDALAM, « Coronavirus. Au Brésil, des voix s'élèvent pour demander la destitution de Bolsonaro », *Courrier international*, 23 mars 2020, <https://www.courrierinternational.com/article/coronavirus-au-bresil-des-voix-selevent-pour-demander-la-destitution-de-bolsonaro>

¹⁰⁶ LOOPSIDER, « Le chef indien Raoni demande la destitution de Bolsonaro », 26 août 2020, <https://www.facebook.com/watch/?v=700106223837974>

¹⁰⁷ RFI, « Brésil : le Parti des travailleurs demande la destitution de Bolsonaro », 22 mai 2020, <https://www.rfi.fr/fr/am%C3%A9riques/20200522-br%C3%A9sil-le-parti-travailleurs-demande-la-destitution-bolsonaro>

APRESENTAÇÃO DOS DEMANDANTES

I. A APIB

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)¹⁰⁸ é a maior federação de comunidades indígenas do Brasil, reunindo comunidades e associações indígenas de todas as regiões do país. No total, a APIB representa quase um milhão de povos indígenas no Brasil, representando quase 300 povos. A organização tem como objetivo coordenar e fortalecer o movimento indígena em nível nacional para defender os direitos dos povos indígenas e o meio ambiente.

A APIB é composta pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) e do Conselho dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul e da Grande Assembléia do Povo Guarani (ATY GUASU).

A APIB tem repetidamente se oposto às declarações e ações políticas tomadas por Jair Bolsonaro e membros de seu governo contra as populações tradicionais e o meio ambiente. Em um manifesto publicado em 2 de novembro de 2019, no contexto de uma viagem dos líderes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) a 12 países europeus, os povos indígenas brasileiros afirmam :

"O Governo Bolsonaro tem sangue indígena nas mãos, o aumento da violência nos territórios indígenas é um reflexo direto de seu discurso de ódio, assim como de suas medidas contra os povos indígenas no Brasil. Nossas terras estão sendo invadidas, nossos líderes assassinados, atacados e criminalizados, e o Estado brasileiro está abandonando os povos indígenas à sua sorte com o contínuo desmantelamento das políticas ambientais e indígenas. »¹⁰⁹

II. Raoni METUKTIRE

O cacique Raoni METYKTIRE, também conhecido como Raoni METUKTIRE, é o principal porta-voz e líder político do povo Mebêngokrê. Ele é conhecido como um defensor das florestas e dos povos indígenas. Ele foi nomeado para o Prêmio Nobel da Paz em 2019.¹¹⁰

¹⁰⁸ APIB, « Who we are », <http://apib.info/apib/?lang=en>

¹⁰⁹ APIB, « Public declaration of repudiation and regret for the murder of the forest guardian paulo paulino guajajara », apib.info, 2 nov. 2019, <http://apib.info/2019/11/02/public-declaration-of-repudiation-and-regret-for-the-murder-of-the-forest-guardian-paulo-paulino-guajajara/>

¹¹⁰ LE FIGARO AVEC REUTERS, « Le chef Raoni proposé pour le prix Nobel de la paix », Le Figaro, 15 sept. 2019, <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/le-chef-raoni-propose-pour-le-prix-nobel-de-la-paix-20190915>

O povo Mebêngokrê¹¹¹, às vezes chamado Kayapó, vive em aldeias espalhadas ao longo dos rios Iriri, Bacajá, Fresco e Xingu, no centro do Brasil, em um território quase tão grande quanto a Áustria, quase integralmente composto de floresta tropical equatorial. No total, o povo Mebêngokrê é composto de cerca de 12.000 pessoas, de acordo com o relatório oficial da Secretaria Especial de Saúde Indígena para 2014. Sua economia se baseia na caça e na agricultura em escala familiar.

Preocupado com os riscos e conseqüências das ações do Presidente Jair Bolsonaro sobre os povos indígenas, o cacique Raoni METUKTIRE convocou uma reunião em janeiro de 2020 na aldeia de Piraçu (terra indígena de Capoto Jarina). Seu objetivo: "unir forças e denunciar o projeto político de genocídio, etnocídio e ecocídio que está sendo realizado pelo governo brasileiro"¹¹². Mais de 600 líderes dos povos da floresta, representando 45 povos indígenas e várias comunidades tradicionais (habitantes de reservas tradicionais de extrativismo, pescadores artesanais, etc.) responderam ao chamado. Eles emitiram uma carta aberta declarando que :

- "As ameaças e o discurso de ódio do governo atual encorajam a violência contra os povos indígenas, o assassinato de nossos líderes e a invasão de nossas terras. O atual Presidente da República está ameaçando nossos direitos, nossa saúde, nosso território... O governo atual está planejando liberar a mineração de minerais e a criação de gado em nossos territórios. O governo atual está nos atacando, quer tirar a terra de nossas mãos. [...]"

Exigimos respeito pelo Acordo... que garante a continuidade dos serviços relacionados à política de saúde indígena. ... Exigimos a aplicação da política indígena da FUNAI e SESAI para todos os povos e terras indígenas no Brasil, e não apenas para as terras indígenas aprovadas. »¹¹³

III. Almir SURUI

Almir Narayamoga SURUÍ é o líder e porta-voz do povo Suruí. Ele é o primeiro membro de seu povo a freqüentar a universidade. Formado em biologia, ele se comprometeu com a defesa de suas terras ancestrais, correndo risco de vida.¹¹⁴

Almir Narayamoga SURUÍ é hoje considerado um dos maiores ativistas indígenas da América do Sul. Ele foi agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos de Genebra em 2008.

¹¹¹ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, « Mebêngokre (Kayapó) », Povos Indígenas no Brasil, s. d., [https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3))

¹¹² Coll., « MANIFESTE DE PIARAÇU - DES DIRIGEANT.E.S ET CHEF.FES AUTOCHTONES DU BRÉSIL REUNI.E.S À PIARAÇU », 17 janvier 2020. Traduction française réalisée par Autres Brésils disponible sur,

<https://www.autresbresils.net/MANIFESTE-DE-PIARACU-Sommet-de-leaders-amazoniens-uni-es-contre-Bolsonaro>.

¹¹³ Coll. « MANIFESTE DE PIARAÇU – Sommet des leaders amazoniens uni.es contre Bolsonaro », Autres Brésils, 22 janv. 2020, <https://www.autresbresils.net/MANIFESTE-DE-PIARACU-Sommet-de-leaders-amazoniens-uni-es-contre-Bolsonaro>

¹¹⁴ F. RUFFIN, « "Mon crime c'est de défendre la forêt !" (ft. Almir Narayamoga) », YouTube, 22 fév. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=T6XgnCOcTA4>

Ele mostrou as dramáticas conseqüências da deterioração da floresta amazônica e suas dramáticas conseqüências para o planeta, e mais imediatamente, para os 400.000 indígenas do Brasil.

Seu livro refaz sua jornada diante da catástrofe ecológica que ameaça a humanidade.¹¹⁵

A terra indígena do povo Suruí representa uma área de 247.870 hectares localizada na parte noroeste da Amazônia brasileira, perto da fronteira com a Bolívia. Este povo tem uma população de cerca de 1.500 pessoas. Suas terras foram recentemente ameaçadas pela corrupção e pela gestão de agências governamentais, bem como pela invasão de madeireiros e garimpeiros de ouro.

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE COMETIDOS NO BRASIL

I. Sobre a caracterização dos fatos

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional pune crimes contra a humanidade.

O artigo 7 do Estatuto de Roma diz o seguinte:

"Para os fins deste Estatuto, um crime contra a humanidade significa qualquer um dos seguintes atos quando cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil, com conhecimento do ataque:

(a) Assassinato ;

(b) Exterminação;

(c) Escravização;

(d) Deportação ou transferência forçada de população;

(...)

(h) Perseguição de qualquer grupo ou coletividade identificável por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de gênero, conforme definido no parágrafo 3, ou outros motivos universalmente reconhecidos como não permitidos pelo direito internacional, em conexão com qualquer ato referido neste parágrafo ou qualquer crime dentro da jurisdição do Tribunal".

¹¹⁵ A. N. SURUI, C. SOMBRUN, Sauver la planète, éd. Albin Michel, 2 mars 2015, 192 p.

II. Sobre a caracterização dos crimes contra a humanidade cometidos por Jair BOLSONARO

Os crimes contra a humanidade de assassinato (A.), transferência forçada de população (B.) e perseguição (C.) foram cometidos por Jair Bolsonaro no Brasil.

Cada um desses crimes envolve a combinação de um elemento material e um elemento intencional.

A responsabilidade de Jair Bolsonaro não é exclusiva e cabe ao Ministério Público estabelecer a responsabilidade dos co-perpetradores ou cúmplices dos crimes que foram cometidos.

A. O assassinato

O assassinato é uma arma muito comum utilizada por políticas criminosas contra a humanidade, induzido pela selvageria e pelo desprezo ao indivíduo inerente a tal política.

O Estatuto de Roma criminaliza a tomada de vida com base nesta contagem. A jurisprudência importante ilustra o uso desta incriminação para condenações por crimes contra a humanidade.¹¹⁶¹¹⁷¹¹⁸

1. Elemento material

O elemento material é a morte da vítima.

A este respeito, os Elementos de Crimes que esclarecem o Estatuto da ICC exigem apenas que "o perpetrador matou uma ou mais pessoas".¹¹⁹

A ainda jovem jurisprudência desta jurisdição ecoa a dos tribunais penais internacionais.¹²⁰

2. Elemento intencional

O elemento de intenção é, por sua vez, constituído desde que "o perpetrador tenha a intenção de matar uma ou mais pessoas". Este crime cobre, portanto, antes de tudo, casos de dolo ~~raude~~ direto em primeiro e segundo grau".¹²¹

¹¹⁶ TPIY, Kupreskic : jug., 14 janv. 2000, chefs n° 2, 4, 6, 8, 12 et 16.

¹¹⁷ TPIY, Blaskic : jug., 3 mars 2000, chef n° 7.

¹¹⁸ TPIR, Rutaganda : jug., 6 déc. 1999, chef n° 7.

¹¹⁹ CPI, Éléments des crimes, p. 5, terme « tué » ; la note de bas précise que « Le terme « tué » est interchangeable avec l'expression « causé la mort de » ».

¹²⁰ CPI, Katanga, ch. préliminaire I : déc. 30 sept. 2008, § 421 et § 287

¹²¹ CPI, Katanga et Mathieu Ngudjolo Chui : Déc. préc., § 423

A criminalização do "assassinato" implica, portanto, que o acusado pretendia causar a morte da vítima ou estava ciente de que tal morte seria a consequência lógica de seus atos.¹²²

3. No caso presente

Neste caso, o assassinato é caracterizado em todos os seus elementos constituintes.

De fato, as políticas de Jair Bolsonaro resultaram diretamente na morte de vários líderes indígenas na Amazônia.

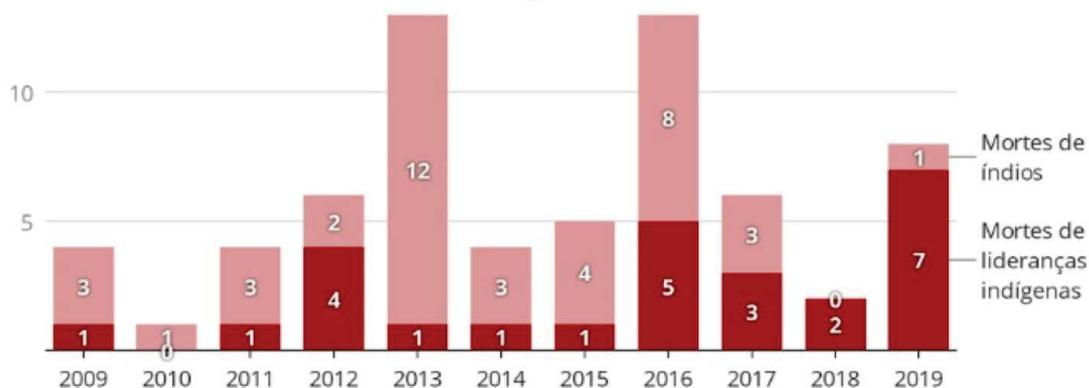
➤ **O triste histórico de assassinatos de líderes indígenas desde a eleição de Jair BOLSONARO**

Neste caso, o número de assassinatos de líderes indígenas atingiu um triste recorde em 2019, o mais alto em 11 anos.

De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra, das 27 pessoas que morreram no contexto de conflitos sobre a propriedade da terra, 7 eram líderes indígenas.¹²³

Assassinatos de índios e lideranças indígenas no campo

Violência contra líderes de comunidades indígenas em 2019 foi a maior em 10 anos



*2019: dados preliminares

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Mortes de índios e lideranças indígenas no campo — Foto: Comissão Pastoral da Terra

¹²² CPI, Jean-Pierre Bemba Gombo : ch. préliminaire II, 15 juin 2009, § 138

¹²³ P. FIGUEIREDO, Número de mortes de lideranças indígenas em 2019 é o maior em pelo menos 11 anos, diz Pastoral da Terra, Globo, 10 déc. 2019, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/mortes-de-liderancas-indigenas-batem-recorde-em-2019-diz-pastoral-da-terra.ghtml>

As comunidades Wajãpi, Guajajara e Yanomami foram as mais afetadas por esta escalada de violência.

➤ O assassinato do líder do povo Wajãpi

Neste caso, em 23 de julho de 2019, Emyra Wajãpi, líder do povo Wajãpi no Brasil, foi encontrada morta¹²⁴ no norte do país, na região do Amapá na Amazônia (região limítrofe da Guiana Francesa). De acordo com as autoridades, cerca de 15 mineiros fortemente armados invadiram sua vila e um dos mineiros esfaqueou **seu** chefe.¹²⁵

Após este trágico evento, Jair Bolsonaro não só negou que poderia ter sido assassinato, mas reafirmou claramente sua vontade de "legalizar a mineração".¹²⁶

Entretanto, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, chamou o assassinato de "trágico e repreensível" e "um sintoma preocupante do crescente problema de invasão de terras indígenas - especialmente florestas - por mineiros, madeireiros e agricultores no Brasil".¹²⁷

➤ O assassinato de 4 líderes indígenas Guajajara

Neste caso, quatro líderes indígenas Guajajara foram assassinados no final de 2019, incluindo o ativista indígena Paulino Guajajara¹²⁸, em uma emboscada.

Em 7 de dezembro de 2019, os líderes Firmino Prexede Guajajara e Raimundo Benicio Guajajara foram assassinados em um tiroteio de carro, e no dia 13 de dezembro 2019, Erisvan Guajajara, então com 15 anos, foi encontrado esfaqueado até a morte no município de Amarante.¹²⁹

➤ O assassinato de Zezico Rodriguez Guajajara

Neste caso, um quinto líder foi assassinado em 31 de março de 2020.

¹²⁴ D. PHILLIPS, Amazon gold miner invade indigenous village in Brazil after its leaders is killed, The Guardian, 28 juill. 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/28/amazon-gold-miners-invade-indigenous-village-brazil-leader-killed>

¹²⁵ E. LONDONO, Miners kill indigenous leader in Brazil during invasion of protected land, The New York Times, 27 juill. 2019, <https://www.nytimes.com/2019/07/27/world/americas/brazil-miners-amapa.html>

¹²⁶ M. RAMIREZ URIBE, After tribe leader's death, Bolsonaro repeats call to mine the Amazon, CNN, 31 juill. 2019, <https://edition.cnn.com/2019/07/30/americas/brazil-indigenous-leader-emyra-wajapi-killed-intl/index.html>

¹²⁷ Le Figaro avec AFP, « Brésil : l'ONU condamne le meurtre d'un chef indigène », LeFigaro.fr, 29 juill. 2019, <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/bresil-l-onu-condamne-le-meurtre-d-un-chef-indigene-20190729>

¹²⁸ A. VIGNA, « Brésil : le militant indigène Paulo Paulino Guajajara, défenseur de la forêt, assassiné », francetextuel.fr, 4 nov. 2019, <https://www.francetextuel.fr/environnement/bresil-le-militant-indigene-paulo-paulino-defenseur-de-la-foret-assassine>

¹²⁹ « Un cinquième indigène amazonien Guajajara assassiné au Brésil en quatre mois », reporterre.net, 2 avril 2020, 2 avril 2020, <https://reporterre.net/Un-cinquieme-indigene-amazonien-Guajajara-assassine-au-Bresil-en-quatre-mois>

Ao retornar à sua aldeia, Zezico Rodriguez Guajajara¹³⁰ foi morto por um tiro de caçadeira. Ele era professor e um conhecido defensor das terras de Arariboia.

O elemento material dos assassinatos é, portanto, caracterizado.

Desde o início de sua campanha, Jair Bolsonaro mostrou grande animosidade **para com** os povos indígenas da Amazônia porque eles estavam impedindo seus planos de desflorestar a Amazônia.

(Aguardando uma resposta da Eloy sobre os comentários agressivos/discriminatórios contra os povos indígenas - a serem integrados)

Desde sua eleição, as políticas de Jair Bolsonaro têm sido parte de uma escalada da violência contra os povos indígenas. Ele estava, portanto, plenamente consciente de que a morte desses líderes indígenas era uma consequência direta de suas ações.

O elemento intencional dos assassinatos é, portanto, caracterizado.

De acordo com o Estatuto de Roma, deve ser realizada uma investigação para estabelecer a responsabilidade de Jair Bolsonaro no assassinato dos líderes indígenas.

B. Transferência forçada da população

O Estatuto de Roma deu continuidade à lógica repressiva do direito internacional ao estender a criminalização da deportação a qualquer transferência forçada de população, o que constitui uma restrição à liberdade de circulação.¹³¹

1. Elemento legal

O artigo 7 do Estatuto de Roma define este crime contra a humanidade:

- Deportação ou transferência forçada de população (d): "*significa a remoção forçada de pessoas, por expulsão ou outros meios coercivos, da área em que estão legalmente presentes, sem qualquer fundamento permitido pelo direito internacional*".

2. Elemento material

Deportação ou transferência forçada de civis significa "a remoção de pessoas, por expulsão ou outros meios coercivos, da área em que estão legalmente presentes, sem motivos permitidos pelo direito internacional".¹³²

¹³⁰ Amazon Watch, « Another Amazonian Indigenous Leader is murdered in Brazil », amazonwatch.org, 31 mars 2020, <https://amazonwatch.org/news/2020/0331-another-amazonian-indigenous-leader-is-murdered-in-brazil>

¹³¹ V. projet de code de la CDI de 1996 : ACDI 1996, vol. II, 2e partie, art. 18g

¹³² TPIY, ch. 1re inst., 3 mars 2000, Blaskić, n°254

A criminalização não está mais condicionada à transposição de **uma** fronteira pelas vítimas.

A transferência forçada de uma população é entendida como o deslocamento de uma população de uma região para outra dentro do território do mesmo Estado. A jurisprudência indica que a transferência forçada envolve "a evacuação ilegal de indivíduos de seu território de residência contra sua vontade".¹³³

A solução consagrada no Estatuto da ICC criminaliza a "deportação ou transferência forçada de população" de forma mista.¹³⁴

Esta última definição, que é muito progressiva, abre efetivamente a criminalização de qualquer transferência forçada, sem restringir seu escopo de acordo com o tipo de coerção ou o local da transferência. A ICC já o invocou no caso "Bashir", concluindo que existem "motivos razoáveis para acreditar que em toda a região de Darfur, entre o início da campanha de contrainsurgência lançada pelo Governo do Sudão pouco depois do ataque ao aeroporto El Fasher em abril de 2003 e 14 de julho de 2008, as forças do GoS transferiram à força centenas de milhares de civis, principalmente pertencentes aos grupos Fur, Masalit e Zaghawa".¹³⁵

3. Elemento intencional

Trata-se de infringir a liberdade de movimento do grupo em questão.

Assim, com relação ao caráter forçado, "o deslocamento pode ser tornado involuntário por outros fatores que não o uso da força, tais como circunstâncias que impedem o exercício do livre arbítrio"¹³⁶. O deslocamento forçado não reflete apenas o uso da força, mas "pode também se aplicar a um ato cometido sob ameaça de força ou coerção, tais como ameaças de violência, coerção, detenção, pressão psicológica, abuso de poder, ou em ambiente coercitivo, contra as vítimas ou terceiros".

4. No caso presente

No caso presente, a transferência forçada dos povos indígenas é caracterizada.

Muitos povos indígenas tiveram que deixar suas terras **diante da** monopolização industrial e das ameaças ecológicas. Este é particularmente o caso do povo indígena Kawahiva que teve que fugir dos madeireiros e pastores que invadiram suas terras.¹³⁷

¹³³ TPIY, ch. 1re inst., 2 août 2001, Krstić, n° 521

¹³⁴ Art. 7-1-d et 7-2-d du Statut

¹³⁵ CPI, aff. Al Bashir, Décision relative à la requête de l'Accusation aux fins de délivrance d'un mandat d'arrêt à l'encontre d'Omar Hassan Ahmad Al Bashir : 4 mars 2009, § 100)

¹³⁶ TPIY, ch. appel, 22 mars 2006, Stakić, n° 279

¹³⁷ Survival, « Indiens du Brésil », n/c, <https://www.survivalinternational.fr/peuples/bresil>

De fato, Jair Bolsonaro forçou alguns povos indígenas da Amazônia a fugir de suas terras pelas seguintes razões.

➤ A fuga dos povos indígenas devido à monopolização de suas terras

Neste caso, o governo havia autorizado a exploração das terras onde viviam os povos indígenas, forçando-os a deixar suas terras de origem.

Quando ele era candidato, Jair Bolsonaro prometeu "abrir territórios indígenas à mineração, relaxar a aplicação da lei ambiental e a concessão de licenças de operação".¹³⁸

Como resultado, o número de casos de invasão das terras dos povos indígenas por operadores industriais aumentou desde o início de 2019.

Em 2019, o Conselho Indigenista Missionário (Conselho Indigenista Missionário, doravante CIMI) registrou mais de "160 casos de invasões, exploração ilegal dos recursos naturais e vários ataques ao patrimônio dos povos indígenas", em 153 terras indígenas em 19 estados do Brasil.¹³⁹

No Estado do Amapá, o Conselho da Aldeia Wajapi-Apina denunciou a invasão de terras indígenas em carta pública e se referiu às "marcas deixadas na floresta" pelos garimpeiros¹⁴⁰. Vicente Wajapi, um dos signatários da carta, é categórico: "Sabemos que os invasores ainda estão em nossas terras."¹⁴¹

Os povos indígenas estão muito preocupados com a presença desses invasores em seu território: "As famílias têm muito medo de sair para os campos ou de caçar".¹⁴²

Diante desta invasão de suas terras e ameaças, os povos indígenas não têm outra escolha senão fugir de suas próprias pátrias.

➤ A destruição da floresta tropical amazônica e o aumento dos incêndios

¹³⁸ F. MAISONNAVE, « Au Brésil, le président Bolsonaro est une menace pour l'Amazonie et les peuples autochtones », reporterre.net, 2 janv. 2019,

<https://reporterre.net/Au-Bresil-le-president-Bolsonaro-est-une-menace-pour-l-Amazonie-et-les-peuples>

¹³⁹ Conselho Indigenista Missionário, A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi, Communiqué, 24 sept. 2019,

<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-a-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>

¹⁴⁰ M. NAUDASCHER, Jair Bolsonaro, le « pire ennemi des peuples indigènes », La Croix, 9 août. 2019,

<https://www.la-croix.com/Monde/Ameriques/Jair-Bolsonaro-pire-ennemi-peuples-indigenes-2019-08-09-1201040193>

¹⁴¹ Ibid

¹⁴² CIMI, « Nous restons très préoccupés par les envahisseurs sur nos terres indigènes », 29 juil. 2019,

<https://cimi.org.br/2019/07/continuamos-muito-preocupados-invasores-nossa-terra-indigena-afirmam-wajapi-no-va-nota/>

Neste caso, a destruição da floresta amazônica é outra razão para que os povos indígenas deixem suas terras natais. De fato, suas terras estão reduzidas a cinzas devido ao desmatamento maciço.

Desde que Jair Bolsonaro chegou ao poder, a destruição da floresta amazônica aumentou drasticamente. Estudos oficiais mostram um aumento de 74% no desmatamento em territórios indígenas entre agosto de 2018 e julho de 2019.¹⁴³

Os territórios indígenas tiveram **423,3 km² desmatados** entre agosto de 2018 e julho de 2019, um total 74% maior do que o verificado no mesmo período anterior (242,5 km²), segundo análise do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

¹⁴⁴Estudos científicos mostram que o aumento dos incêndios na Amazônia é uma consequência deste desmatamento.¹⁴⁵



146

¹⁴³ C. DANTAS, « Terras indígenas têm alta de 74% no desmatamento; área mais afetada protege povo isolado, Globo », 28 nov. 2019, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/28/terras-indigenas-tem-alta-de-74percent-no-desmatamento-area-mais-afetada-protege-povo-isolado.ghtml>

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ P. WATANABE, « Até agosto, Brasil tem maior número de incêndios desde 2010 », Folha de S. Paulo, 2 sept. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ate-agosto-brasil-tem-maior-numero-de-incendios-desde-2010.shtml>

¹⁴⁶ P. WATANABE, Id.

Em particular, este estudo revela um aumento espetacular do número de incêndios entre julho e agosto de 2019.¹⁴⁷

Em 1º de julho de 2020, foram registrados 2.248 incêndios.¹⁴⁸ Este é o pior resultado em 13 anos. As análises do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais temem um ano mais devastador do que 2019.

Estes incêndios são em sua maioria criminosos e estão diretamente ligados ao desmatamento. São freqüentemente causados por agricultores que queimam áreas desmatadas para cultivar culturas ou pastorear gado.

Estes incêndios representam uma ameaça direta aos povos indígenas que vivem nestas terras.

➤ A interrupção dos processos de demarcação

Neste caso, o projeto político de Jair Bolsonaro é reduzir a superfície dos territórios indígenas a fim de aumentar a área disponível para a exploração agroindustrial. Nenhum novo território indígena foi demarcado desde sua chegada à Presidência do Brasil.

Esta redução de suas terras habitáveis levará inevitavelmente à migração destes povos indígenas.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo todas as apreensões e reintegrações de posse contra os povos indígenas durante a pandemia Covid-19, o juiz federal Pablo Enrique Carneiro Baldivieso, do distrito de Enapolis, ordenou o despejo das famílias da etnia Pataxo da aldeia Novos Guerreiros, no território indígena Ponta Grande.¹⁴⁹

Nesta decisão, publicada em 20 de agosto de 2020, o tribunal deu aos indígenas cinco dias para deixar a área, conforme solicitado pelos proprietários de um clube de aviação que ocupa um terço do território da aldeia. Quase 100 povos indígenas vivem na aldeia e podem ser despejados a qualquer momento. La Folha se candidatou à FUNAI e ao Ministério Público Federal, mas não recebeu nenhuma resposta.

¹⁴⁷ P. WATANABE, Id.

¹⁴⁸ AFP, « Brésil : 2 248 foyers d'incendie recensés en Amazonie, le pire total depuis treize ans », lemonde.fr, 1 juil. 2020, https://www.lemonde.fr/planete/article/2020/07/01/bresil-2-248-foyers-d-incendie-recenses-en-amazonie-le-pire-total-depuis-treize-ans_6044880_3244.html

¹⁴⁹ M. PRESTES, « Juiz emite ordem de despejo contra indígenas de aldeia pataxó em plena pandemia, na Bahia », 28 août 2020, Folha de S. Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/juiz-emite-ordem-de-despejo-contr-indigenas-de-aldeia-pataxo-em-plena-pandemia-na-bahia.shtml>

Após o prazo imposto pelo juiz ter expirado, a polícia federal foi até a vila de Novos Guerreiros para pedir às famílias que se retirassem da área que ocupavam.¹⁵⁰

Um problema de demarcação ainda está na raiz da disputa. Os líderes Pataxo afirmam que a área disputada é parte das terras indígenas ocupadas pelos Pataxo há gerações. Segundo eles, o aeródromo foi autorizado pelos ex-chefes a operar neste território há cerca de 17 anos, com a condição de que, após a demarcação, eles deixassem a área.

A convivência entre os povos indígenas e os empresários era pacífica até a construção de um oco para rituais a cerca de 60 metros da pista de pouso.

Em 2018, o tribunal ordenou à FUNAI que criasse um grupo de trabalho para rever os limites do território. A revisão nunca foi concluída. Devido à mudança de liderança na FUNAI, o processo chegou a um impasse.

O deslocamento forçado dos povos indígenas amazônicos é explicado pela despojação de suas terras e pelo desmatamento.¹⁵¹

➤ Riscos à saúde

Neste caso, os povos indígenas, assim como muitas ONGs brasileiras, relatam uma grave degradação ambiental na Amazônia.

Condições de vida degradantes estão sendo impostas aos povos indígenas que vivem em territórios onde o processo administrativo de demarcação de terras ainda está em andamento (mais de 237 terras indígenas) pela interrupção do fornecimento de serviços de saúde e cestas de alimentos de emergência. O objetivo é que o Presidente Jair Bolsonaro e seu Governo retirem esses povos de seus territórios. Esta situação afeta o povo Guarani de uma forma particularmente grave.

Além disso, desde o início de seu mandato presidencial, a destruição da floresta amazônica atingiu um nível crítico. O atual estado dramático da floresta amazônica é um resultado direto das medidas políticas tomadas pelo Presidente Jair Bolsonaro e seu governo.

Esta destruição da floresta amazônica degrada a qualidade do meio ambiente, o que representa um sério risco à saúde dos habitantes locais, que estão condenados assim a **viver em** condições sanitárias e habitacionais deploráveis.

Alguns povos indígenas tiveram que se mudar de suas terras nativas. Este é particularmente o caso dos povos que costumavam viver no Estado de Mato Grosso, "devido aos altos índices de desmatamento e incêndios".

¹⁵⁰ R. SANTANA, « PF dá prazo para despejar aldeia Pataxo da TI Coroa Vermelha/Ponta Grande e entidades se manifestam contra », cimi.org, 27 août 2020, <https://cimi.org.br/2020/08/pf-da-prazo-para-despejar-aldeia-pataxo-da-ti-coroa-vermelha-ponta-grande-e-entida-des-se-manifestam-contra/>

¹⁵¹ S. HENON-COHIN, « Brésil : le nouveau souffle des luttes indigènes pour l'Amazonie », arte.tv, 7 août 2019, <https://www.arte.tv/fr/articles/bresil-le-nouveau-souffle-des-luttes-indigenes-pour-lamazonie>

O elemento material da transferência forçada é assim caracterizado.

Este deslocamento ocorreu contra sua vontade e na ausência de qualquer livre-arbítrio.

A invasão de suas terras, a poluição, os focos de incêndio e a destruição de suas terras pelo fogo ou riscos à saúde tornaram inevitável a partida dos povos indígenas.

As circunstâncias excluem qualquer liberdade de escolha para os povos deslocados.¹⁵²

O elemento intencional da transferência forçada é, portanto, caracterizado.

Em aplicação do Estatuto de Roma, deve ser realizada uma investigação para estabelecer a responsabilidade de Jair Bolsonaro pela transferência forçada dos povos indígenas da Amazônia.

C. Perseguição

1. Elemento legal

O mesmo artigo 7 do Estatuto de Roma especifica a definição desses crimes contra a humanidade:

- Perseguição " (h) de qualquer grupo ou coletividade identificável "significa a negação intencional e severa dos direitos fundamentais em violação ao direito internacional, por motivos relacionados à identidade do grupo ou coletividade sujeita à perseguição".

2. Elemento material

A perseguição é uma grave violação dos direitos fundamentais de uma ou mais pessoas. Em outras palavras, a perseguição não afeta necessariamente a pessoa ou sua integridade física, mas, mais amplamente, seus direitos fundamentais.

Está claro na jurisprudência que "a perseguição pode assumir várias formas e não requer necessariamente um elemento físico"¹⁵³. Mas isso não os exclui: "O crime de perseguição pode incluir atos enumerados em outras subcategorias de crimes contra a humanidade, tais como assassinato ou deportação, quando são motivados por motivos discriminatórios. A perseguição também pode incluir uma variedade de

¹⁵² Reporterre, « Des peuples indigènes menacés par les feux en Amazonie, ‘une menace génocidaire’ », reporterre.net, 30 août 2019,

<https://reporterre.net/Des-peuples-indigenes-menaces-par-les-feux-en-Amazonie-une-menace-genocidaire>

¹⁵³ TPIR, ch. 1re inst., 15 mai 2003, Semanza, n° 347 à 350

outros atos discriminatórios não enumerados em outras partes do estatuto, mas que envolvem graves violações dos direitos humanos.¹⁵⁴

É, portanto, um crime amplo, multifacetado, violento ou vexatório, motivado por intenções discriminatórias.

A jurisprudência recente ilustra que a base material do crime de perseguição consiste na "negação manifesta ou flagrante de um direito fundamental, atingindo o mesmo grau de gravidade que outros atos que constituem crimes contra a humanidade".¹⁵⁵¹⁵⁶¹⁵⁷¹⁵⁸

Assim, o ato material do crime de perseguição pode incluir elementos de outros crimes ou crimes subjacentes¹⁵⁹. Ela pode ser realizada tanto por ação quanto por omissão.¹⁶⁰

3. Elemento intencional

Além do caráter intencional do elemento material, a perseguição requer uma forma especial de dolo pela qual "o perpetrador tenha visado a pessoa ou pessoas devido a sua pertença a um grupo ou coletividade identificável ou tenha visado o grupo ou coletividade como tal".¹⁶¹

Tal discriminação deve ser especificamente dirigida contra um grupo humano por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou relacionados ao gênero, na acepção do artigo 7, parágrafo 3, do Estatuto, ou por outros motivos universalmente reconhecidos como não permitidos pelo direito internacional.¹⁶²

4. No caso presente

Neste caso, Jair Bolsonaro perseguiu os povos indígenas da Amazônia.

➤ A supressão dos serviços de saúde pública e cestas básicas de emergência para os povos indígenas

Funcionários do governo federal revelaram a operação deliberadamente orquestrada por Jair BOLSONARO para impor condições de vida insuportáveis aos povos indígenas de certas regiões, com o objetivo de forçá-los a abandonarem territórios cobiçados pelos agricultores.

¹⁵⁴ Ibid. n° 347-350

¹⁵⁵ TPIR, ch. 1re inst., 1er juin 2000, Ruggiu, V. n° 21. 1

¹⁵⁶ TPIY, ch. 1re inst., 1er sept. 2004, Brđanin, V. n° 995. 1

¹⁵⁷ TPIY, ch. 1re inst., 15 mars 2002, Krnojelac, n° 434. 1

¹⁵⁸ TPIY, ch. 1re inst., 14 janv. 2000, Kupreškić et a., n° 620–621

¹⁵⁹ TPIY, ch. 1re inst., 24 mars 2016, Karadžić, V. n° 498

¹⁶⁰ Ibid. n° 497

¹⁶¹ CPI, Éléments des crimes, art. 7 1, h, 2

¹⁶² V. également le C. Pén. français, art. 212-1, 8°

O governo usou dois métodos: privação de acesso aos benefícios de saúde (medicamentos e cuidados) e privação de acesso a alimentos.

De fato, a prestação de serviços de saúde pública foi proibida, por ordem formal do governo, em territórios indígenas que estão atualmente passando por um procedimento de delimitação (que geralmente leva entre 5 e 20 anos e representa mais de 200 terras).

Para este fim, o Presidente da FUNAI, Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, emitiu em novembro de 2019 uma circular¹⁶³ proibindo a prestação de serviços de saúde pública aos povos indígenas, proibindo qualquer funcionário público de entrar em territórios indígenas que não tenham sido submetidos a um procedimento de demarcação finalizada, ou seja, que não tenham sido aprovados pelo Presidente da República ou que não tenham sido registrados como propriedade da União Federal.¹⁶⁴[Pièce XXX – actuellement Tradução n°27]

Dois meses depois, em janeiro de 2020, o Procurador Nacional da FUNAI (o encarregado da Representação da FUNAI perante as instituições judiciais), Sr. Álvaro Osório do Valle Simeão, emitiu uma recomendação¹⁶⁵ aos funcionários da referida agência, cujo objetivo era interromper o fornecimento de cestas básicas (alimentos de emergência) aos povos indígenas em estado de fome que vivem em territórios onde o procedimento de demarcação ainda não havia sido finalizado.

Entretanto, de acordo com dados oficiais da Funai¹⁶⁶, apenas 486 das 723 terras indígenas no Brasil estão em situação de regularidade de terra. Como resultado, mais de 237 territórios (33% do total) são afetados pela proibição de acesso de funcionários públicos. Se também incluirmos no universo total os 528 territórios reivindicados pelos povos indígenas que ainda não têm um procedimento formal de identificação estabelecido pela FUNAI¹⁶⁷, a situação é ainda mais alarmante.[Pièce XXX – Actuellement Traduction n°25]

Esta situação afeta particularmente os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, incluindo os povos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva.

¹⁶³ FUNAI, Despacho SEAV/COGAB/PRES/2019, 25 nov 2019

¹⁶⁴ V. pour plus de détails sur la procédure légale de démarcation d'un territoire autochtone (en anglais) : Povos indígenas Brasil, n/c, <https://pib.socioambiental.org/en/Demarcation>

¹⁶⁵ A. O. DO VALLE SIMEÃO, « DESPACHO n. 00025/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU », Procuradoria Federal Especializada junto à Funai, 16 janv. 2020 [Pièce XXX – actuellement Tradução n°27]

¹⁶⁶ Sous la dir. de ISA (Institut socio environnemental), « Terras Indígenas do Brasil », A maior base de dados sobre Terras indígenas nos Brasil, <https://terrasindigenas.org.br/>

¹⁶⁷ Selon les données du CIMI (Conseil Indigène Missionnaire), « Violencia contra os povos indígenas no Brasil », Relatório, 2018,

<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf> [Pièce XXX – Actuellement Traduction n°25]

De acordo com os últimos dados disponíveis, 80% da população guarani recebe benefícios alimentares (2012)¹⁶⁸, e cerca de 42% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica (2016)¹⁶⁹.

Conseqüentemente, a interrupção dos serviços de saúde e do fornecimento de alimentos sinaliza a morte do povo Guarani.

➤ O desmantelamento da FUNAI para a Certificação de Terras Indígenas

Desde o momento em que foi eleito, Jair Bolsonaro destruiu os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Em 2 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória MP870, que transfere a competência para homologar terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (a seguir denominada FUNAI) para o Ministério da Agricultura, que é conhecido por estar sob a influência do agronegócio.

Em 1º de agosto de 2019, esta medida foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal (ou Supremo Tribunal Federal). A fim de superar este fracasso, Jair Bolsonaro colocou um policial conhecido por sua reputação no campo do agronegócio à frente da FUNAI.

A imprensa noticiou este desmantelamento:

- De fato, "assim que tomou posse, em 1º de janeiro de 2019, o Presidente assinou uma medida provisória (MP870) que incluía o desmantelamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pela aprovação das terras indígenas".¹⁷⁰

- Segundo a advogada Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida sob o nome de Joênia 'Wapichana' (como o nome de seu povo), o objetivo desta medida era 'retirar da Fundação Nacional do Índio suas prerrogativas de demarcação de terras indígenas e confiá-las ao Ministério da Agricultura (nota do editor: abertamente favorável ao agronegócio)¹⁷¹.

Como diz Joênia Batista de Carvalho:

¹⁶⁸ M. MONDARDO, Id.

¹⁶⁹ FIAN Brasil, « O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico – Resumo Executivo », 2016, p. 70, <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Fian-Portugues-WEB-Single-Pages-Small.pdf>

¹⁷⁰ J.-C. GEREZ (propos recueillis par), Une indigène contre Bolsonaro, Chronique d'Amnesty International, publié le 8 août 2019, <https://www.amnesty.fr/actualites/une-indigene-contre-bolsonaro>

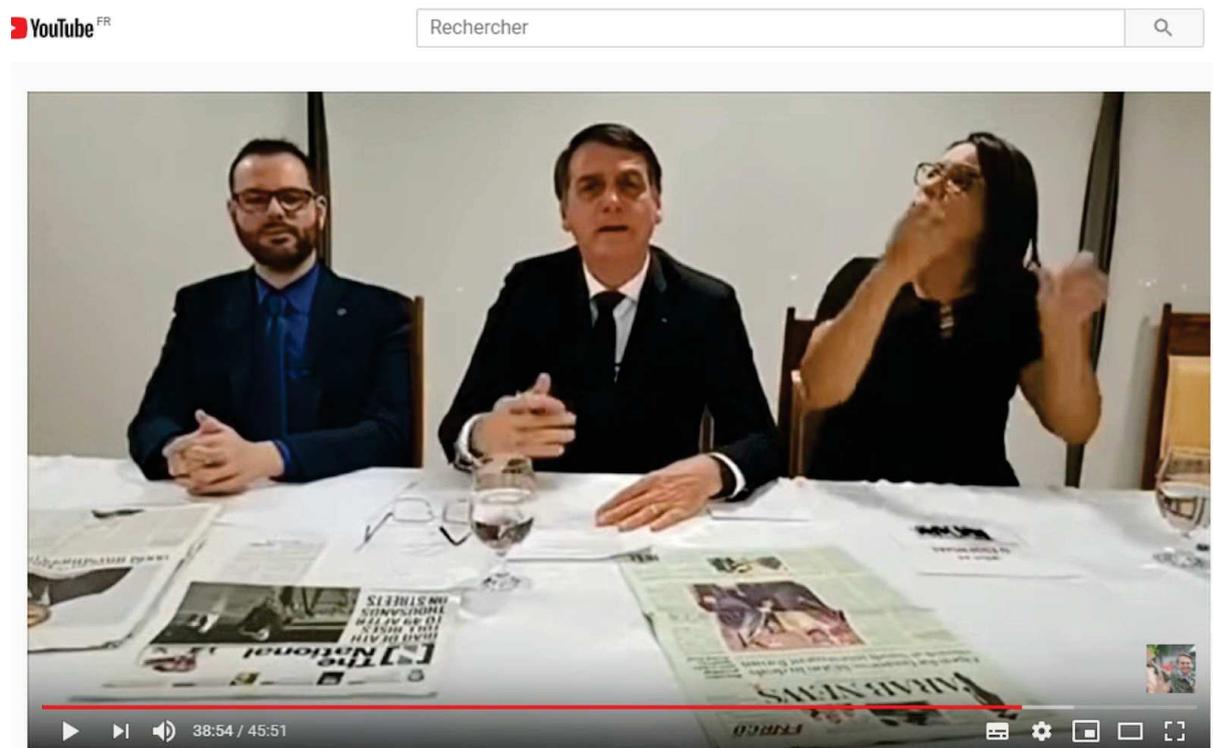
¹⁷¹ J.-C. GEREZ (propos recueillis par), Une indigène contre Bolsonaro, Chronique d'Amnesty International, publié le 8 août 2019, <https://www.amnesty.fr/actualites/une-indigene-contre-bolsonaro>

- "Assim que tomei posse como membro do Parlamento, fizemos tudo o que pudemos para impedir a aplicação desta medida provisória. Conseguimos adiá-lo uma vez. Mas o Presidente Bolsonaro introduziu uma nova versão, que vai além da lei. Ela foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) [equivalente ao Tribunal Constitucional]. Basicamente, mostra como o Poder Executivo está fazendo tudo o que pode para dismantlar os direitos dos povos indígenas, procurando anular a legislatura.¹⁷²

➤ A perseguição de funcionários do governo, cientistas e ONGs ambientais

Neste caso, funcionários públicos, cientistas e membros de ONGs ambientais que desejam alertar sobre a dramática situação estão sendo ameaçados e retaliados pelo governo de Jair Bolsonaro.

Em um vídeo postado no site do youtube, o Presidente Jair Bolsonaro ameaçou claramente os funcionários que se oporia ao "progresso".¹⁷³



Além disso, a perseguição da comunidade científica também é muito forte.

¹⁷² J.-C. GEREZ, Id.

¹⁷³ J. BOLSONARO, « Após viagem de negócios pela Ásia e Oriente Médio, segue live sobre assuntos da semana », youtube.com, 38'50, <https://www.youtube.com/watch?v=P3B8L5qI5GM&feature=youtu.be>

Os cientistas se recusaram a assinar um artigo explicando as causas dos incêndios e seu forte aumento na Amazônia a fim de preservar seu anonimato¹⁷⁴ e evitar represálias.

ACKNOWLEDGEMENTS

Some contributors declined authorship to maintain anonymity. We regret this was necessary and thank them for their important contribution. We also thank the editors of the journal for comments that helped improve the manuscript. The work was supported by National Environment Research Council NE/K016431/1, NE/P004512/1 and NE/S0184X/1, PELD (CNPq Process 441659/2016-0), SEM-FLAMA (441949/2018-5) and the Frank Jackson Foundation.

175

O presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais, Ricardo Galvão, foi demitido de seu cargo pelo governo de Jair Bolsonaro após denunciar o desmatamento. A análise do Instituto "provocou a raiva do presidente porque revela um forte ponto de desmatamento na Amazônia".¹⁷⁶

¹⁷⁴ J. BARLOW, E. BERENQUER, R. CARMENITA, F. FRANCA, « Clarifying Amazonia's burning crisis », *Global Change Biology*, 15 nov. 2019, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gcb.14872>

¹⁷⁵ *Ibid*

¹⁷⁶ J. TOLLEFSON, RICARDO GALVÃO: Science defender in : *Nature's 10 – 10 people who mattered in science in 2019*, *nature.com*, 2019, <https://www.nature.com/immersive/d41586-019-03749-0/index.html>



Credit: Micah B. Rubin for Nature

Ricardo Galvão nearly passed out when he heard the news and realized he was being targeted by his own president. On 19 July, Brazil's leader, Jair Bolsonaro, lashed out against a report on deforestation by Galvão's team at the National Institute for Space Research (INPE) in São Paulo. The group's analysis had incited the president's wrath because it found a sharp spike in forest clearing in the Amazon. The president accused the scientists of lying about the data and suggested that Galvão – as head of the institute – might be in cahoots with environmentalists. The 72-year-old fusion physicist was stunned by the accusation. "My wife had to bring me a glass of water," he says.

Finalmente, as ONGs que lutam pela defesa do meio ambiente também são o alvo do Presidente Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro restringiu severamente o orçamento das ONGs a fim de limitar sua margem de manobra.¹⁷⁷

Ele também acusa regularmente as ONGs. Em particular, ele insinuou que as ONGs eram responsáveis pelos incêndios na Amazônia.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Reuters, « Brésil : le financement des ONG strictement encadré, dit Bolsonaro », Challenges, 7 janv. 2019, https://www.challenges.fr/monde/bresil-le-financement-des-ong-strictement-encadre-dit-bolsonaro_635064

¹⁷⁸ Franceinfo avec AFP, « Brésil : le président Bolsonaro insinue que des ONG sont responsables des incendies en Amazonie », Francetvinfo, 21 août 2019, https://www.francetvinfo.fr/faits-divers/incendie/bresil-le-president-bolsonaro-insinue-que-des-ong-sont-responsables-des-incendies-en-amazonie_3585203.html



Les ONG responsables des graves incendies en Amazonie ? C'est ce qu'insinue le président brésilien Jair Bolsonaro, qui les accuse de réagir à la suspension par Brasilia de subventions à la préservation de la forêt. *"Il pourrait s'agir, oui, il pourrait, mais je ne l'affirme pas, d'actions criminelles de ces 'ONGéistes' pour attirer l'attention contre ma personne, contre le gouvernement brésilien. C'est la guerre à laquelle nous sommes confrontés"*, a lancé le chef de l'Etat devant des journalistes, mercredi 21 août, à la sortie de sa résidence officielle à Brasilia.

179

Jair Bolsonaro n'a apporté aucun élément pouvant étayer sa grave mise en cause des ONG, mais a expliqué que celles-ci *"ressentent le manque d'argent"*, après la suspension des financements alloués à la préservation de la forêt amazonienne. *"On a retiré l'argent aux ONG. Elles recevaient 40% des subventions venant de l'étranger. Elles ne les ont plus. On a aussi mis fin aux subventions publiques"* aux ONG, a-t-il expliqué.

¹⁷⁹ Franceinfo avec AFP, « Brésil : le président Bolsonaro insinue que des ONG sont responsables des incendies en Amazonie », Francetvinfo, Id.

Além disso, o Sr. Jair Bolsonaro insulta regularmente as ONGs. Em particular, ele chamou o Greenpeace de "desperdício".¹⁸⁰

"Déchet". Voilà comment le président brésilien Jair Bolsonaro a qualifié ce jeudi Greenpeace. "Qui c'est Greenpeace ? C'est quoi cette saloperie qu'on appelle Greenpeace ? C'est un déchet", a lancé le chef de l'État à des journalistes à la sortie de son palais présidentiel à Brasília.

O Presidente Jair Bolsonaro violou assim os direitos fundamentais dos povos indígenas ao atacar seriamente seu direito à saúde.¹⁸¹¹⁸²

Ele também ameaçou funcionários do governo, membros da comunidade científica e ONGs ambientais.

O elemento material da perseguição é assim caracterizado.

Em suas ameaças e represálias, o Presidente sempre visou essas comunidades, referindo-se a seu grupo, "indígena", ou a seus membros de uma comunidade, sejam eles "funcionários públicos" ou "cientistas".

De acordo com o Estatuto de Roma, deve ser realizada uma investigação para estabelecer a responsabilidade do Sr. Jair Bolsonaro.

Em qualquer caso, a responsabilidade de Jair Bolsonaro não é exclusiva. Uma vez ordenada uma investigação, caberá ao Ministério Público estabelecer a responsabilidade criminal dos outros protagonistas, perpetradores e cúmplices, envolvidos nesses crimes, em nível federal, estadual ou regional.

lii. Sobre a jurisdição do Tribunal Penal Internacional

A. Sobre a aplicação do Estatuto de Roma no Brasil

¹⁸⁰ L'express avec AFP, « Brésil : le président Jair BOLSONARO qualifie l'ONG Greenpeace de « déchet » », [lexpress.fr](https://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-sud/bresil-le-president-jair-bolsonaro-qualifie-l-ong-greenpeace-de-dechet_2118229.html), 13 fév. 2020, https://www.lexpress.fr/actualite/monde/amerique-sud/bresil-le-president-jair-bolsonaro-qualifie-l-ong-greenpeace-de-dechet_2118229.html

¹⁸¹ Franceinfo avec AFP, « Brésil : le président Bolsonaro insinue que des ONG sont responsables des incendies en Amazonie », [Francetvinfo](https://www.francetvinfo.fr/faits-divers/incendie/bresil-le-president-bolsonaro-insinue-que-des-ong-sont-responsables-des-incendies-en-amazonie_3585203.html), 21 août 2019, https://www.francetvinfo.fr/faits-divers/incendie/bresil-le-president-bolsonaro-insinue-que-des-ong-sont-responsables-des-incendies-en-amazonie_3585203.html

¹⁸² Le Figaro avec AFP, « Brésil : BOLSONARO qualifie Greenpeace de « déchet » », [le figaro.fr](https://www.lefigaro.fr/international/bresil-bolsonaro-qualifie-greenpeace-de-dechet-20200213), 13 fév. 2020, <https://www.lefigaro.fr/international/bresil-bolsonaro-qualifie-greenpeace-de-dechet-20200213>

O Brasil assinou o Estatuto de Roma em 7 de fevereiro de 2000 e depositou seu instrumento de ratificação do Estatuto de Roma em 20 de junho de 2002.¹⁸³

Além disso, o Brasil tornou o Estatuto de Roma aplicável no direito interno pelo Decreto Legislativo Federal nº 112, de 6 de junho de 2002, e pelo Decreto Presidencial nº 4388, de 25 de setembro de 2002.

A Constituição Federal do Brasil reconhece a jurisdição do Tribunal Penal Internacional através do Artigo 5º¹⁸⁴, §4º, incluído pela Emenda Constitucional No. 45 de 2004.

B. Sobre a jurisdição do Tribunal para julgar estes crimes contra a humanidade

No caso presente, o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição para julgar estes crimes contra a humanidade.

De fato, os crimes que foram cometidos não são crimes ambientais, mas crimes contra a humanidade, incriminados e puníveis nos termos do Estatuto de Roma, que foram perpetrados em um contexto mais amplo de crimes ambientais.

Além disso, o Tribunal afirmou claramente sua jurisdição sobre crimes ambientais.

Em 15 de setembro de 2016, o Ministério Público divulgou um documento de política que "estabelece os elementos que o Escritório leva em conta na seleção e priorização, a seu exclusivo critério, de casos para investigação e processo".¹⁸⁵

O Escritório anunciou formalmente :

- Procurará também, a pedido dos Estados, cooperar com eles e ajudá-los em relação a condutas que constituam crimes graves sob a legislação nacional, tais como a exploração ilícita de recursos naturais, tráfico de armas, tráfico de pessoas, terrorismo, crimes financeiros, apropriação indébita de terras ou destruição do meio ambiente. »¹⁸⁶

- O impacto dos crimes pode ser avaliado à luz, entre outras coisas, do aumento da vulnerabilidade das vítimas, do terror generalizado entre a população ou da devastação social, econômica e ecológica que causam nas comunidades envolvidas. Neste contexto, o Escritório dará especial atenção aos crimes previstos no Estatuto de Roma que envolvam ou resultem, entre

¹⁸³ F. FROES, N.-G. FABRE, D. S, BORGES, R. REBOUCAS, P. CUZZUOL, « File a complaint of crimes against humanity », Angels of liberty institute, 26 août 2019, <https://www.conjur.com.br/dl/instituto-bolsonaro-seja-investigado.pdf>

¹⁸⁴ Constituição Federal, art. 5º, §4º : « O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão » (trad. : « Le Brésil se soumet à la compétence de Tribunal Pénal International dont il a exprimé son adhésion à sa création »).

¹⁸⁵ Bureau du Procureur, Document de politique générale relatif à la sélection et à la hiérarchisation des affaires, Cour pénale internationale, 15 sept. 2016, p. 3

¹⁸⁶ Ibid. p. 5, § 7.

outros, em danos ambientais, na exploração ilícita de recursos naturais ou na expropriação ilegal de terras. »¹⁸⁷

O documento de política identifica a luta contra crimes ambientais como uma das prioridades da Procuradoria na seleção dos casos.¹⁸⁸

O Tribunal Penal Internacional anuncia sua jurisdição para avaliar e julgar os autores de crimes ambientais, em particular aqueles relacionados à exploração ilegal dos recursos e à espoliação da terra¹⁸⁹, sem criar um "crime ambiental".

De fato, a Procuradoria deixou claro que não pretende acrescentar novos crimes à jurisdição da Corte.¹⁹⁰

Decorre das disposições acima mencionadas que o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição para apreender crimes ambientais através de crimes contra a humanidade.

Conseqüentemente, o Tribunal Penal Internacional tem jurisdição para julgar os fatos acima mencionados, em particular quando a exploração da terra resulta em assassinato e deslocamento forçado da população ou quando a poluição causada causa danos físicos irreversíveis à saúde das populações locais.

C. O princípio de subsidiariedade

1. Elemento legal

De acordo com o artigo 1º do Estatuto de Roma :

- O Tribunal Penal Internacional "deve ser complementar às jurisdições penais nacionais".

O artigo 17 do Estatuto de Roma estabelece que :

- *Tendo em conta o décimo parágrafo preambular e o artigo 1º, um caso será considerado inadmissível pelo Tribunal quando ...":*

(a) O caso está sendo investigado ou processado por um Estado com jurisdição sobre ele, a menos que esse Estado não queira ou não possa realmente realizar a investigação ou o processo;

(b) O caso foi investigado por um Estado com jurisdição sobre o caso e esse Estado decidiu não processar a pessoa em questão, a menos que essa decisão seja o resultado da falta de vontade ou incapacidade do Estado de processar realmente;

¹⁸⁷ Ibid. p. 14-15, § 40.

¹⁸⁸ S. SENET, La CPI intègre l'environnement dans ses enquêtes, Journal de l'environnement, 16 sept. 2016, <http://www.journaldelenvironnement.net/article/la-cpi-integre-l-environnement-dans-ses-enquetes,74673>

¹⁸⁹ Ibid

¹⁹⁰ Ibid.

(c) A pessoa em questão já foi julgada pela conduta reclamada e não pode ser julgada pelo Tribunal nos termos do artigo 20, parágrafo 3 ;

(d) O caso não é de gravidade suficiente para justificar uma ação adicional por parte do Tribunal.

2. Para determinar se há falta de vontade por parte do Estado em um determinado caso, o Tribunal levará em consideração a existência, tendo em conta as garantias de um julgamento justo reconhecidas pelo direito internacional, de uma ou mais das seguintes circunstâncias:

(a) O processo foi ou está sendo conduzido ou a decisão do Estado foi tomada com o objetivo de proteger a pessoa em questão da responsabilidade criminal por crimes dentro da jurisdição da Corte referida no artigo 5;

(b) Houve uma demora indevida no processo que, nas circunstâncias, é inconsistente com a intenção de levar a pessoa em questão à justiça;

(c) Os procedimentos não foram ou não estão sendo conduzidos de forma independente ou imparcial, mas de uma forma que, nas circunstâncias, é inconsistente com a intenção de levar a pessoa em questão à justiça.

3. Ao determinar se há incapacidade do Estado em um caso particular, o Tribunal deve considerar se o Estado é incapaz, por causa do colapso ou indisponibilidade de todo ou de uma parte substancial de seu próprio sistema judicial, de retomar o acusado, de recolher as provas e testemunhos necessários ou de conduzir o processo de outra forma. »

Fica claro a partir dessas disposições que a Corte tem jurisdição subsidiária à dos tribunais nacionais, especialmente quando os tribunais nacionais se recusam a processar ou julgar ou quando são incapazes de fazê-lo.

2. No caso presente

No caso presente, o princípio da subsidiariedade é satisfeito porque as autoridades judiciais brasileiras se recusam a processar e julgar as pessoas acima mencionadas e também não podem fazê-lo.

➤ A recusa das autoridades judiciais brasileiras em julgar Jair BOLSONARO e membros de seu governo

Neste caso, o sistema judiciário brasileiro está diretamente sob o controle do Sr. Jair Bolsonaro.

O artigo 101 da Constituição brasileira estabelece um poder judicial federal incorporado no Supremo Tribunal Federal, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República.¹⁹¹

Como resultado, devido ao seu relacionamento com o Presidente, os juízes se recusam a realizar investigações e procedimentos sobre os atos cometidos por Jair Bolsonaro e seu governo.

A recusa das autoridades judiciais brasileiras em investigar e julgar Jair Bolsonaro também é explicada pelo medo de represálias e ameaças. Anteriormente, foram lembradas as ameaças feitas pelo Sr. Jair Bolsonaro contra funcionários que iriam contra seu projeto.

O IBAMA relatou os ataques em 26 de agosto de 2019 (Exposição XXX - Tradução No. 35, atualmente).

Em 29 de agosto de 2019, o Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade enviou uma carta ao Ministro do Meio Ambiente solicitando-lhe que "ponha fim à política de assédio e intimidação de funcionários públicos" (Anexo XXX - agora No. 13).

Uma carta da Associação de Oficiais Ambientais Federais, Ascema Nacional, datada de 2 de novembro de 2019, refere-se às ameaças que Jair Bolsonaro representa para os funcionários públicos que trabalham no setor ambiental (Anexo XXX tradução n 12).

A revelação de um vídeo de uma reunião ministerial em 22 de abril de 2020 provocou fortes reações dos políticos brasileiros. As passagens da fita mostram um presidente assumindo sua disposição de interferir com o judiciário para proteger sua família.¹⁹²

¹⁹¹ P. LINGIBE, « Quelle est l'organisation juridique du Brésil, ce pays frontalier avec la France ? », village-justice.com, 30 oct. 2018, <https://www.village-justice.com/articles/quelle-est-organisation-juridique-bresil-pays-frontalier-avec-france,29846.html>

¹⁹² S. COZZOLINO, « Une vidéo polémique de Bolsonaro indigné la classe politique brésilienne », RFI, 25 mai 2020, <https://www.rfi.fr/fr/am%C3%A9riques/20200525-une-vid%C3%A9o-pol%C3%A9mique-bolsonaro-indigne-la-classe-politique-br%C3%A9silienne>



O vídeo também mostra ministros que querem usar o foco no coronavírus para aprovar decretos para explorar a Amazônia¹⁹⁴. Sua intenção é aproveitar a desatenção geral para acelerar o monopólio das terras protegidas.

O lançamento deste vídeo torna públicas as ameaças dos ministros contra os membros do judiciário, que são rotulados de "bandidos".

O ex-ministro da Justiça Sergio Moro acusou o presidente Bolsonaro de interferência no judiciário¹⁹⁵. Após estas acusações, ele foi interrogado por quase oito horas pela polícia em 2 de maio de 2020. De acordo com Sergio Moro, Jair Bolsonaro supostamente tentou interferir nas investigações judiciais.

Várias situações ilustram a recusa das autoridades judiciais brasileiras em julgar as pessoas acima mencionadas.

Como resultado, a FUNAI (agência para a proteção das terras indígenas) se recusou a aceitar ações judiciais interpostas pelos agricultores dos povos indígenas. Estes eram procedimentos de recurso em disputas nas quais os povos indígenas haviam obtido no passado decisões em seu favor.¹⁹⁶

Para justificar sua recusa, a FUNAI se referiu aos povos indígenas como invasores.

¹⁹³ Photographie par V. CAMPANATO, Agência Brasil

¹⁹⁴ AUTRES BRÉSILS, « Vidéo du gouvernement Bolsonaro : la paranoïa, la violence, le désespoir », 26 mai 2020, <https://www.autresbresils.net/Video-du-gouvernement-Bolsonaro-la-paranoia-la-violence-le-desespoir>

¹⁹⁵ France 24 et AFP, « Brésil : l'ex-ministre de la justice entendu par la police après ses accusations contre Bolsonaro », 3 mai 2020, <https://www.france24.com/fr/20200503-br%C3%A9sil-l-ex-ministre-de-la-justice-entendu-par-la-police-apr%C3%A8s-ses-accusations-contre-bolsonaro>

¹⁹⁶ M. LEITÃO, A. KRÜGER, « Marcelo Xavier completa 6 meses no comando da Funai sob críticas de servidores, indígenas e MPF », globo.com, 24 janv. 2020, https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/01/24/marcelo-xavier-completa-6-meses-no-comando-da-funai-sob-criticas-de-servidores-indigenas-e-mpf.ghtml?fbclid=IwAR2kt0ZqdXFNDHA8JuFX2ySkzug5r6iprp5vkwFyh4s3tCwwIYY3JO_Bge4

O Estado do Brasil se recusa a investigar e processar Jair Bolsonaro e membros de seu governo, apesar das numerosas queixas apresentadas localmente.

➤ A incapacidade das autoridades judiciais brasileiras de julgar o Sr. Jair Bolsonaro e membros de seu governo

Neste caso, as autoridades judiciais brasileiras não têm condições de investigar e julgar as pessoas mencionadas.

Além de sua influência no Supremo Tribunal Federal, todas as autoridades judiciais brasileiras estão sob o controle de Jair Bolsonaro.

De fato, reforçado pelas palavras do Presidente Jair Bolsonaro, os agricultores chegaram ao ponto de planejar fogos para o dia 10 de agosto de 2019.¹⁹⁷

O órgão federal de proteção ambiental, IBAMA, foi informado das intenções criminosas dos agricultores através de uma carta do Ministério Público Federal.

As autoridades brasileiras estavam, portanto, cientes da preparação do "dia de incêndio". Em 7 de agosto, três dias antes do seu lançamento, o Ministério Público Federal, ou seja, os magistrados agindo em nome do Estado Federal, alertaram os serviços do Ministério do Meio Ambiente. A instituição advertiu que "a manifestação dos produtores rurais, se realizada, levará a graves violações ambientais que podem até escapar ao controle e impedir a identificação de sua responsabilidade individual e coletiva". O chefe local do Ibama, o equivalente do Escritório Nacional de Florestas, responde que eles não estão em condições de intervir, devido a um "risco de segurança" muito grande para suas equipes no campo. Os inspetores do Ibama também solicitaram "o apoio das forças de segurança nacionais" para ir até o local. O pedido foi ignorado pelo Ministro da Justiça, Sergio.¹⁹⁸

O gerente do IBAMA respondeu que a agência não podia fazer nada porque a polícia e a força de segurança nacional, ambas informadas da situação, recusaram-se a realizar quaisquer operações para reprimir estes crimes ambientais. O gerente do IBAMA, o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, o chefe administrativo da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, recusou-se a agir (Exposição XXX - Intercâmbio com o Ministério Público e o gerente do Ibama - Atualmente Tradução No. 2).

O objetivo dos agricultores foi alcançado sem nenhum impedimento: o dia 10 de agosto é o dia com o maior número de incêndios em 2019.¹⁹⁹

¹⁹⁷ A. PIRAN, « Dia do fogo – Produtores planejam data para queimada no região », Folha do progresso, 5 août 2019, <http://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>

¹⁹⁸ I. DU ROY, « Propriétaires terriens, industriels, ministre corrompu : qui sont les pyromanes de l'Amazonie brésilienne ? », 2 septembre 2019, [bastamag.net, https://www.bastamag.net/Amazonie-incendies-deforestation-Bolsonaro-soja-boeufs-fazendeiros-corruption-peuples-autochtones](https://www.bastamag.net/Amazonie-incendies-deforestation-Bolsonaro-soja-boeufs-fazendeiros-corruption-peuples-autochtones)

¹⁹⁹ QUEIMADAS, « Situação atual », Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, date n/c, INPE, <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/situacao-atual>

Surpreendentemente, o governo negou a origem humana desses incêndios, em total contradição com os estudos científicos²⁰⁰. O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou, entre outras coisas, que "o clima seco, o vento e o calor provocaram um aumento significativo dos incêndios em todo o país": ²⁰¹

Neste caso, as autoridades judiciais brasileiras não têm condições de investigar e julgar as pessoas mencionadas.

Além de sua influência no Supremo Tribunal Federal, todas as autoridades judiciais brasileiras estão sob o controle de Jair Bolsonaro.

O Presidente Jair Bolsonaro também ampliou seu controle sobre os órgãos de investigação e os órgãos de fiscalização.

Como já foi mencionado, seus ministros impediram a realização de investigações sobre as causas dos incêndios na Amazônia.

Após sua demissão, o ex-ministro Sérgio Moro recuperou a liberdade de expressão contra Jair Bolsonaro :

- O ex-ministro acusa abertamente o presidente de ter tentado colocar a polícia federal sob seu controle, em particular para controlar os casos legais em andamento contra seus filhos Flávio (desvio de fundos, corrupção) e Carlos (papel no assassinato de Marielle Franco).²⁰²

Ao colocar a polícia federal a seu serviço, Jair Bolsonaro tornou impossível a realização de qualquer investigação e inquérito contra ele. Sem investigação e inquérito, é impossível para as autoridades judiciais brasileiras julgar os fatos que foram cometidos.

Jair Bolsonaro está, assim, criando a estrutura legislativa e judicial para executar sua política e escapar de qualquer ação legal.

A situação das multas contra o desmatamento ilustra a incapacidade das autoridades judiciais de agir no contexto dos crimes ecológicos e dos crimes contra a humanidade descritos acima.

O Presidente Jair Bolsonaro também ampliou seu controle sobre os órgãos de investigação e os órgãos de investigação.

Como já foi mencionado, seus ministros impediram as investigações sobre as causas dos incêndios na Amazônia.

²⁰⁰ D. SILVERIO, S. SILVA et P. MOUTINHO, « AMAZON ON FIRE - Technical note from the Amazon environmental research institute », août 2019,

https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazo%CC%82nia-2019_English_v2.pdf

²⁰¹ R. SALLES, Twitter, 21 août 2019, <https://twitter.com/rsallesmma/status/1163990341361553415>

²⁰² P. PIRO, « Brésil : Bolsonaro, le début de la fin ? », Politis, 1 mai 2020, <https://www.politis.fr/articles/2020/05/bresil-bolsonaro-le-debut-de-la-fin-41815/>

Após sua demissão, o ex-ministro Sérgio Moro recuperou a liberdade de expressão contra Jair Bolsonaro :

"O ex-ministro acusa abertamente o presidente de ter tentado colocar a polícia federal sob seu controle, em particular para controlar os casos legais em andamento contra seus filhos Flávio (desvio de fundos, corrupção) e Carlos (papel no assassinato de Marielle Franco).

Ao colocar a polícia federal a seu serviço, Jair Bolsonaro tornou impossível a realização de qualquer investigação e inquérito contra ele. Sem investigação e inquérito, é impossível para as autoridades judiciais brasileiras julgar os fatos que foram cometidos.

Jair Bolsonaro está, assim, criando a estrutura legislativa e judicial para executar sua política e escapar de qualquer ação legal.

A situação das multas contra o desmatamento ilustra a incapacidade das autoridades judiciais de agir no contexto dos crimes ecológicos e dos crimes contra a humanidade descritos acima.

De fato, uma ordem torna mais difícil a imposição de multas contra o desmatamento²⁰³. Antes deste ato, qualquer negociação de madeira baseada em documentos fraudulentos estava sujeita a multas e outras sanções administrativas. Agora, este ato da Agência Federal do Meio Ambiente condiciona a imposição de sanções administrativas às provas de que a empresa ou indivíduo conhecia a origem ilegal da madeira.

Além disso, as multas nunca são pagas:

"As multas na categoria "flora" totalizaram 35 bilhões de reais, mas o assentamento não chegou a 500 milhões de reais, de acordo com uma pesquisa do De Olho nos Ruralistas; o primeiro ano do governo Bolsonaro tem o pior percentual da história, cobrando 0,13% do total das multas impostas".

Consequentemente, cabe ao Tribunal Penal Internacional abrir uma investigação para estabelecer a responsabilidade das pessoas acima mencionadas.

De fato, uma resolução publicada em novembro de 2019 pelo presidente do IBAMA torna mais difícil a imposição de multas contra o desmatamento. Antes deste ato, qualquer negociação de madeira baseada em documentos fraudulentos estava sujeita a multas e outras sanções administrativas. Agora, este ato da Agência Federal do Meio Ambiente condiciona a imposição de sanções administrativas às provas de que a empresa ou indivíduo conhecia a origem ilegal da madeira.

²⁰³ P. FIGUEREIDO, « Fiscais do Ibama só poderão multar compra de madeira ilegal se houver 'indício' de que infrator sabia da origem indevida », globo.com, 22 nov. 2019, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/22/fiscais-do-ibama-so-poderao-multar-compra-de-madeira-ilegal-se-houver-indicio-de-que-infrator-sabia-da-origem-indevida.ghtml>

Além disso, as multas nunca são pagas:

- As multas na categoria "flora" totalizaram 35 bilhões de reais, mas o assentamento não chegou a 500 milhões de reais, de acordo com uma pesquisa do De Olho nos Ruralistas; o primeiro ano do governo Bolsonaro tem o pior percentual da história, cobrando 0,13% do total das multas impostas".²⁰⁴

Conseqüentemente, cabe ao Tribunal Penal Internacional abrir uma investigação para estabelecer a responsabilidade das pessoas acima mencionadas.

NESTAS CIRCUNSTÂNCIAS

Tendo em vista o Estatuto de Roma,

O Procurador do Tribunal Penal Internacional e os membros do Gabinete do Procurador são solicitados a :

- ENCOMENDAR UMA REVISÃO PRELIMINAR para determinar que existe uma base razoável para abrir uma investigação,

- ABRIR UM INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR contra

Sr. Jair BOLSONARO, Presidente da República do Brasil,
contra qualquer perpetrador ou cúmplice que a investigação venha a estabelecer

21 de dezembro de 2020

William BOURDON

²⁰⁴ M.L. PAGENOTTO, P. ARROYO, Apenas 1% das multas por desmatamento nos últimos 25 anos foram pagas, De Ohlo Nos Ruralistas, 2 nov. 2020, <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/11/apenas-1-das-multas-por-desmatamento-nos-ultimos-25-anos-foram-pagas/>

LISTA DE DOCUMENTOS COMUNICADOS

Anexo X: Pedido de proteção de Paulino GUAJAJARA ao Ministro da Justiça

Anexo X: Procedimento Administrativo nº 02048.001402/2019-29

Anexo X .

L'ensemble des pièces est accompagné d'une traduction en langue française.

OBSERVAÇÃO DA TERRA, « A estimava da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazonia Legal em 2019 é de 9.762 km² », Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 18 novembre 2019, <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/a-estimativa-da-taxa-de-desmatamento-por-corte-raso-para-a-amazonia-legal-em-2019-e-de-9-762-km2>

F. MAISONNAVE, « Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes », Folha de S. Paulo, 4 déc. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/apos-se-reunir-com-infratores-ambientais-salles-suspende-fiscalizacao-na-reserva-chico-mendes.shtml>

ISA, « Discurso oficial contra fiscalizacao impulsiona detruicao da floresta amazônica, mostra ISA », Instituto Socioambiental, 17 décembre 2019, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/discurso-oficial-contra-fiscalizacao-impulsiona-destruicao-da-floresta-amazonica-mostra-isa>

Ministério do Meio Ambiente, « Agenda do Ministro do Meio Ambiente », mma.gov.br, 17 juillet 2019, <https://mma.gov.br/agenda-de-autoridades.html?view=autoridade&dia=2019-07-17&id=18>

P. WATANABE, « Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo », 18 nov 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/cientistas-nao-assinam-estudo-sobre-queimadas-com-medo-de-represalias-do-governo.shtml?origin=folha>

Coll. (R. RICUPERO et. al.), « COMUNICADO DOS EX-MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE », Observatorio do clima, 8 mai 2019, <https://bit.ly/2PURjH6>

CIMI, Rapport de 2018 : CIMI, « A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi », 24 sept. 2019, extraits, <https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-e-a-a-propriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>

J. CHADE, « Relatora da ONU pede que Bolsonaro desista de pastor evangélico na Funai », UOL, 5 fév. 2020, <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/05/relatora-da-onu-pe-de-que-bolsonaro-desista-de-pastor-evangelico-na-funai.htm>

A. O. DO VALLE SIMEÃO, « DESPACHO n. 00025/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU », Procuradoria Federal Especializada junto à Funai, 16 janv. 2020

Rapport CIMI (Conseil Indigène Missionaire), « Violencia contra os povos indígenas no Brasil », Relatorio, 2018, page 36, <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>

Lettre ouverte de l'IBAMA du 26 août 2019

Courrier du Président de l'IBAMA du 29 août 2019

Lettre de l'Ascema Nacional, l'association des fonctionnaires fédéraux de l'environnement, du 2 novembre 2019

R. V. LACAVA E SILVA (IBAMA), « Ofício nº 274/2019/GEREX-SANTARÉM-PA/SUPES-PA », Procédure administrative de l'IBAMA nº 02048.001402/2019-29, 12 août 2019

LISTA DE DOCUMENTOS BRASILEIROS TRADUZIDOS

Tradução X : OBSERVAÇÃO DA TERRA, "A estimava da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²", Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 18 de novembro de 2019, <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/a-estimativa-da-taxa-de-desmatamento-por-corte-raso-para-a-amazonia-legal-em-2019-e-de-9-762-km2> [Tradução n. 1]

Tradução X : F.MAISONNAVE, "Após se reunir com infratores ambientais, Salles suspende fiscalização na reserva Chico Mendes", Folha de S. Paulo, 4 Dez. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/apos-se-reunir-com-infratores-ambientais-salles-suspende-fiscalizacao-na-reserva-chico-mendes.shtml> [Tradução n. 2]

Tradução X : P. WATANABE, "Cientistas não assinam estudo sobre queimadas com medo de represálias do governo", 18 Nov 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/11/cientistas-nao-assinam-estudo-sobre-queimadas-com-medo-de-represalias-do-governo.shtml?origin=folha> [Tradução n. 10]

Tradução X: Coll. (R. RICUPERO et. al.), "COMUNICADO DOS EX-MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE", Observatorio do clima, 8 de maio de 2019, <https://bit.ly/2PURjH6> [Tradução n. 7]

Tradução X : J. CHADE, "Relatora da ONU pede que Bolsonaro desista de pastor evangélico na Funai", UOL, 5 de fevereiro de 2020, <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/05/relatora-da-onu-pede-que-bolsonaro-desista-de-pastor-evangelico-na-funai.htm> [Tradução n. 26]

Tradução X: A. O. DO VALLE SIMEÃO, "DESPACHO n. 00025/2020/GAB/PFE/PFE-FUNAI/PGF/AGU", Procuradoria Federal Especializada junto à Funai, 16 de janeiro de 2020. Tradução n. 27.

Tradução X: Segundo dados do CIMI, "Violência contra os povos indígenas no Brasil", Relatorio, 2018, <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf> [Tradução n. 25].

Tradução X : R. V. LACAVA E SILVA (IBAMA), "Ofício nº 274/2019/GEREX-SANTARÉM-PA/SUPES-PA", Procedimento Administrativo IBAMA nº 02048.001402/2019-29, 12 de agosto de 2019. Tradução n. 2].

Tradução X : Ministério do Meio Ambiente, "Agenda do Ministro do Meio Ambiente", mma.gov.br, 17 de julho de 2019, <https://mma.gov.br/agenda-de-autoridades.html?view=autoridade&dia=2019-07-17&id=18> [Tradução n. 22].

Associação de Advogados com Responsabilidade Profissional Individual

156 rue de Rivoli www.bourdon-associés.com

75001 PARIS TOC R 143

Membro de uma associação aprovada - O pagamento de taxas por cheque é aceite